

THE  
HISTORY  
OF  
THE  
CITY  
OF  
NEW  
YORK  
FROM  
1609  
TO  
1812  
BY  
JOHN  
BURNETT  
1824

Sala 5  
Gab. -  
Est. 56  
Tab. 8  
N.º 16

ERREIRA  
NADOR  
- COIMBRA

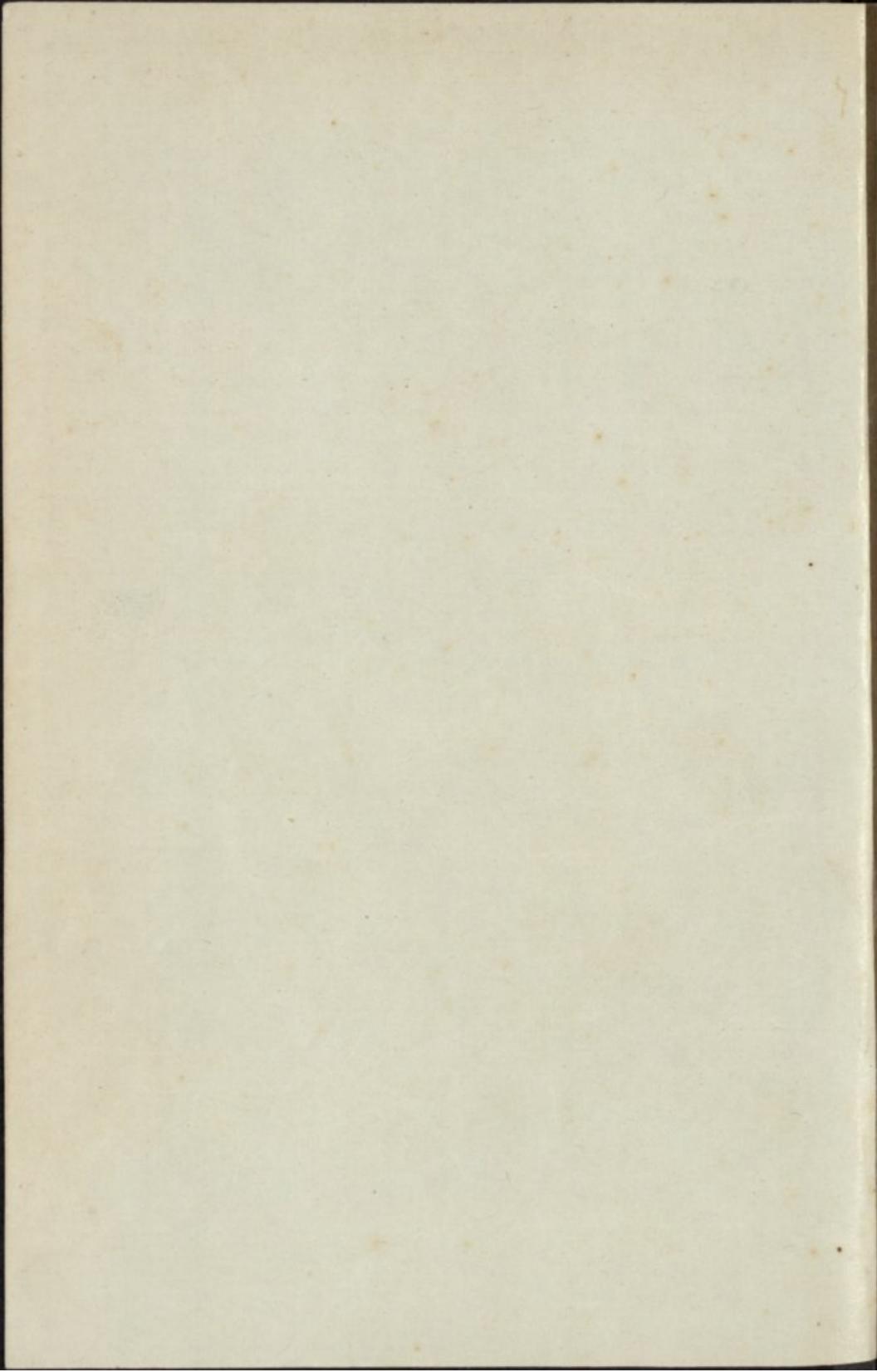


UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
Biblioteca Geral



130108835X

b13598016



ALBERTO PESSOA

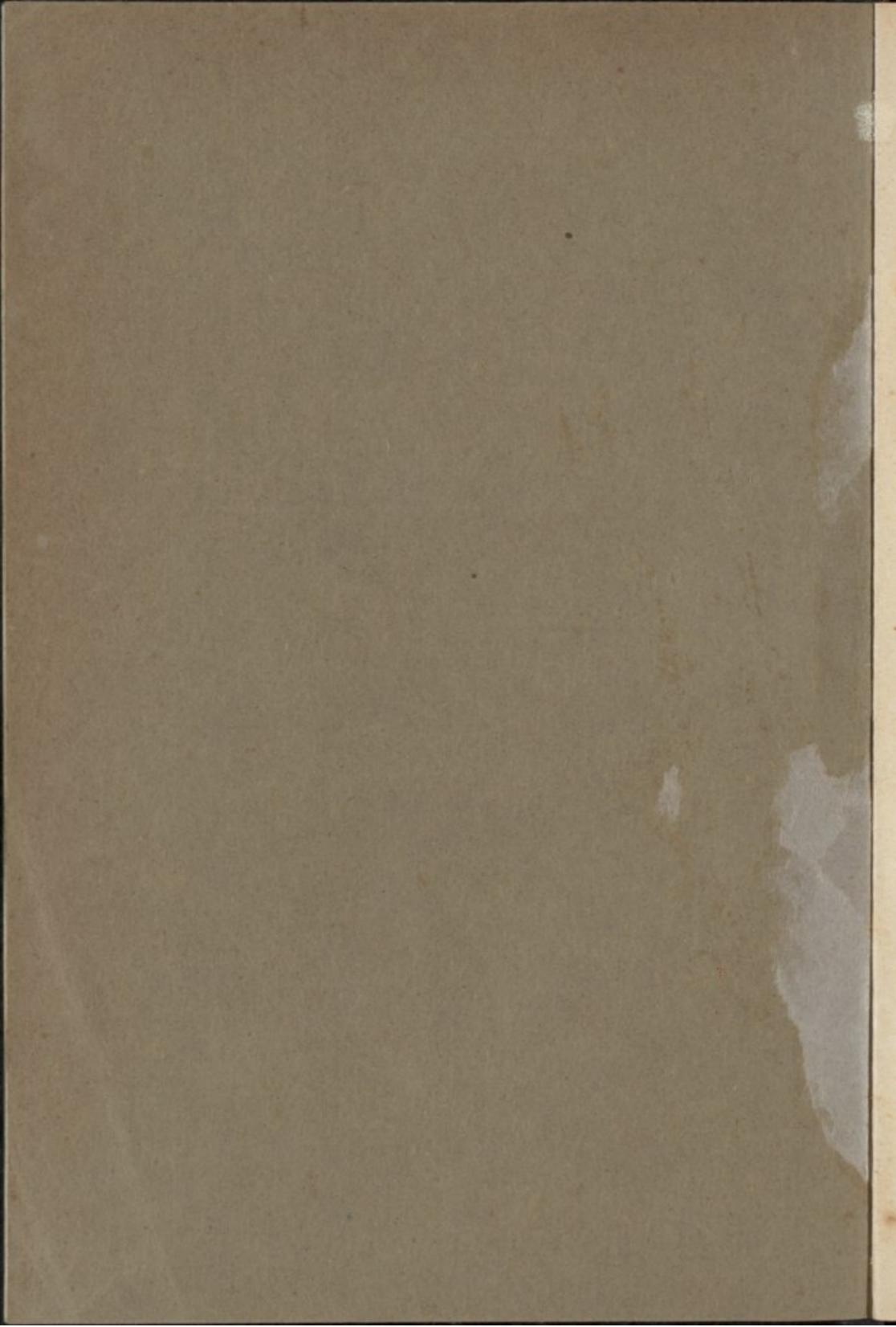
*L*

A prova  
testemunhal

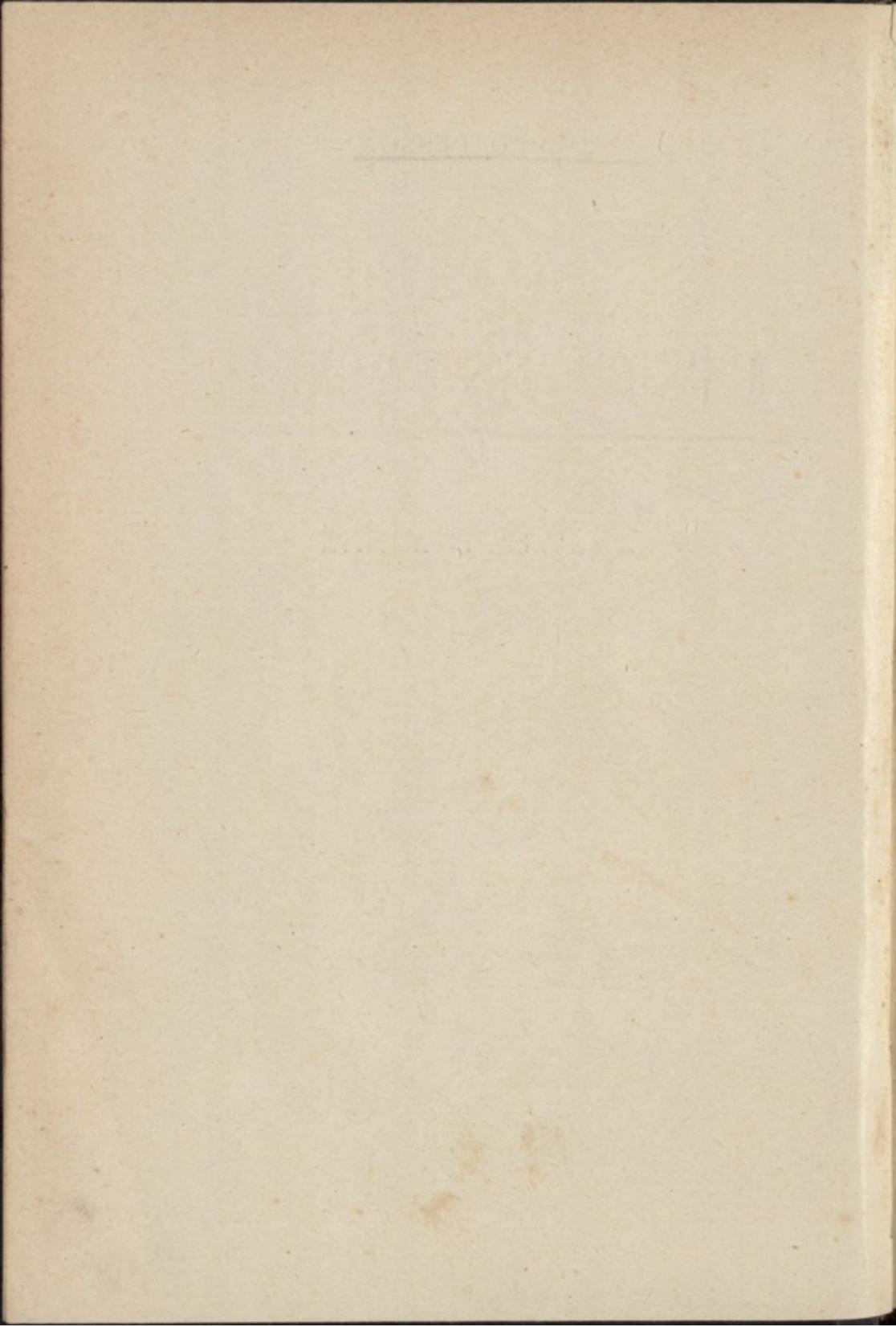
(Estudo de psicologia judiciária)

COIMBRA  
FRANÇA & ARMÉNIO  
Livreiros editores

*Medicina*



A PROVA TESTEMUNHAL



ALBERTO PESSOA

---

# A PROVA TESTEMUNHAL

---

(Estudo de psicologia judiciária)

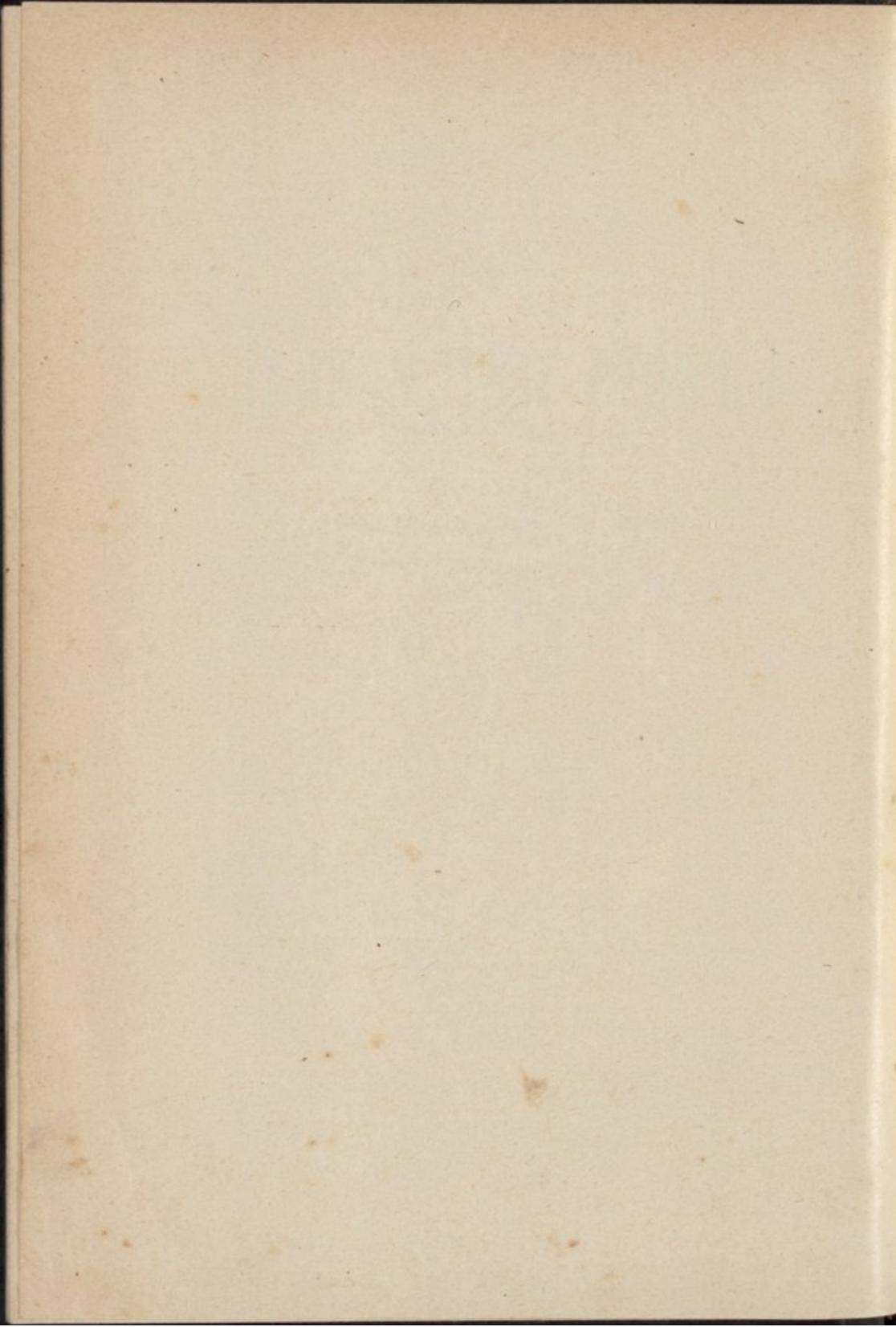


---

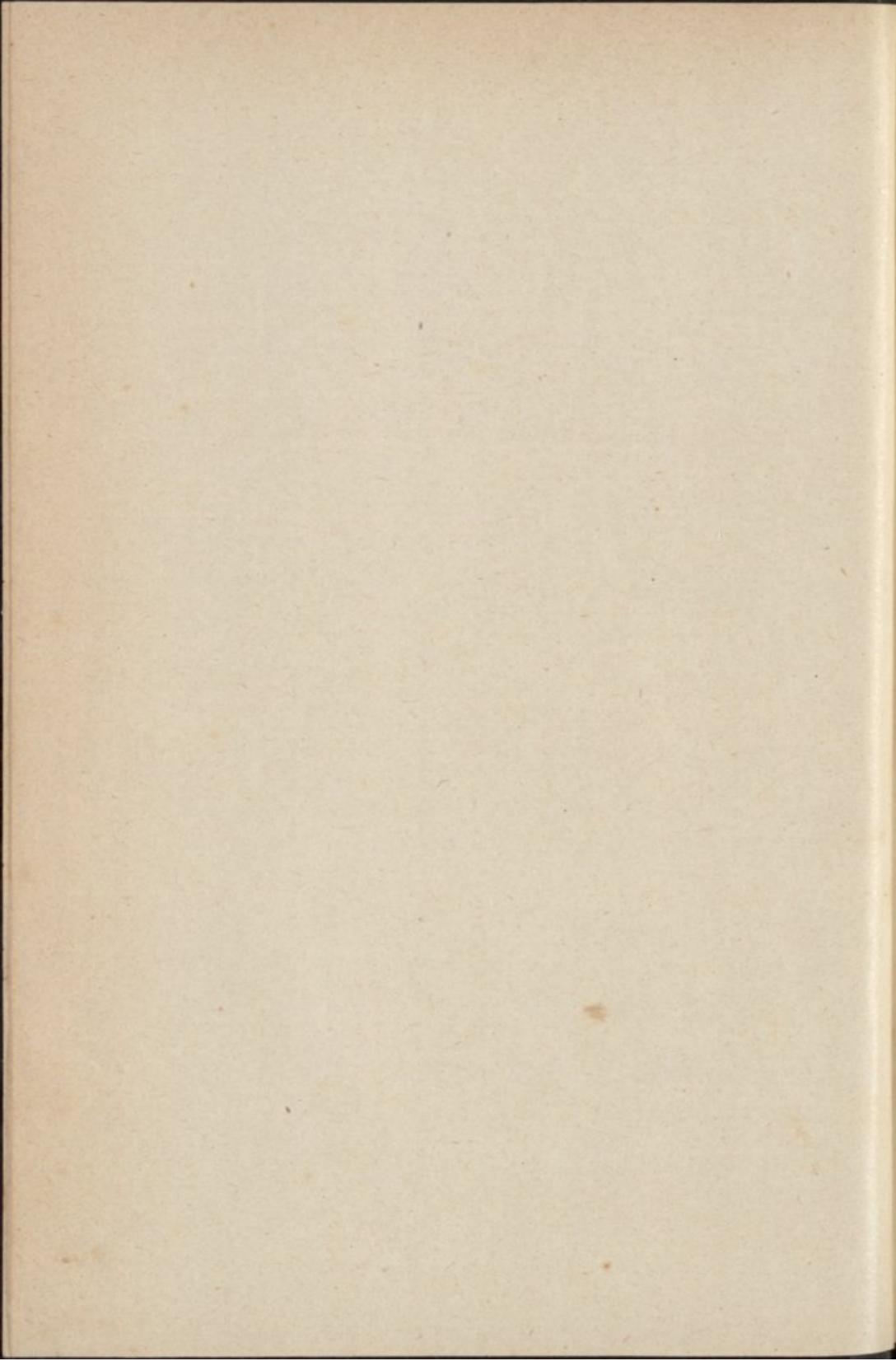
COIMBRA

IMPrensa DA UNIVERSIDADE

1913



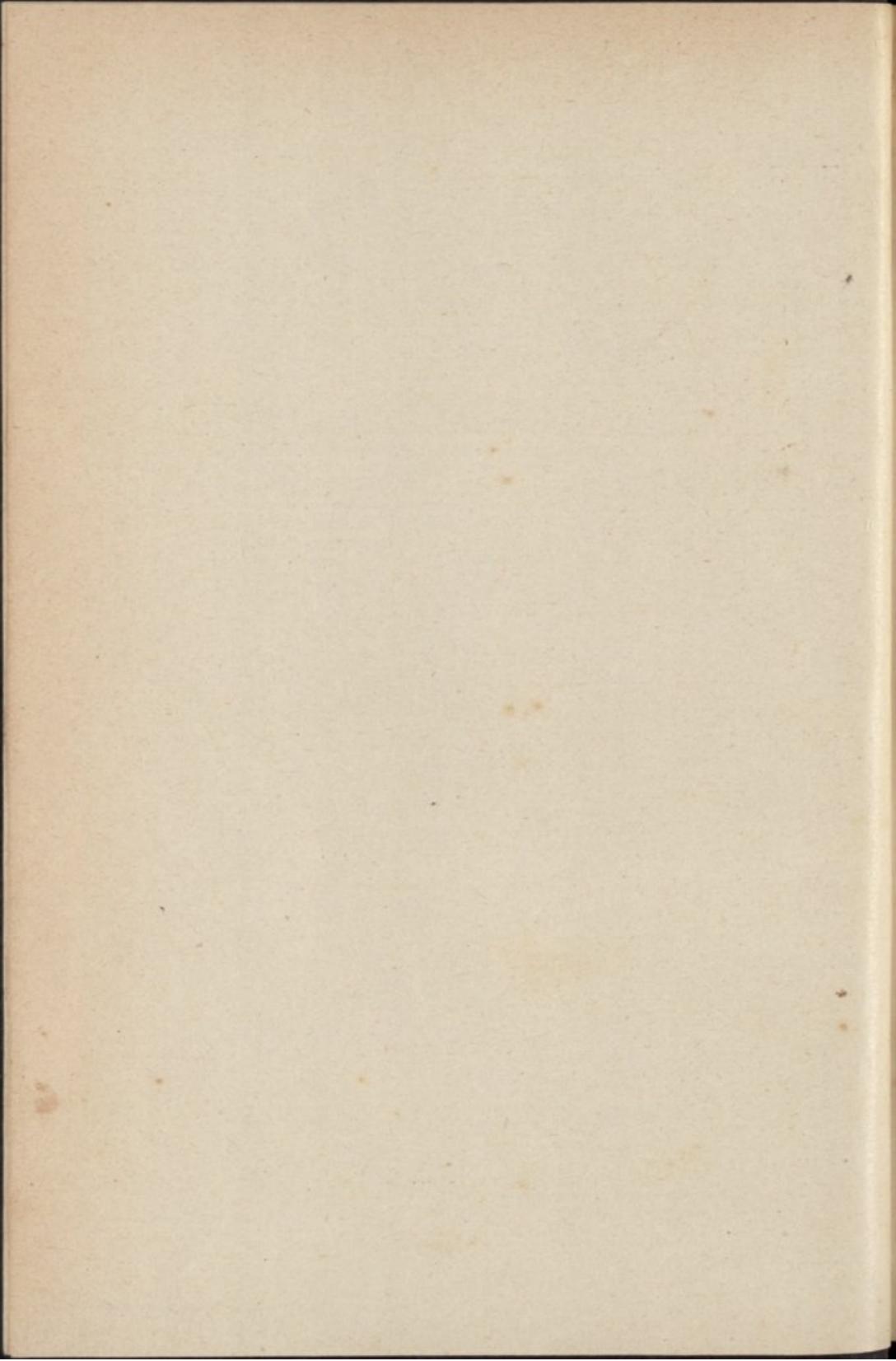
*Dissertação para concurso a  
um lugar de 1.º Assistente  
da 4.ª classe da Faculdade  
de Medicina da Universi-  
dade de Coimbra.*



Un jour que Walter Raleigh, enfermé à la Tour de Londres, travaillait, selon sa coutume, à la seconde partie de son *Histoire du Monde*, une rixe éclata sous sa fenêtre. Il alla regarder ces gens qui se querellaient, et quand il se remit au travail, il pensait les avoir très bien observés. Mais le lendemain, ayant parlé de cette affaire à un de ses amis qui y avait été présent et qui même y avait pris part, il fut contredit par cet ami sur tous les points. Réfléchissant alors à la difficulté de connaître la vérité sur des événements lointains, quand, il avait pu se méprendre sur ce qui se passait sous ses yeux, il jeta au feu le manuscrit de son histoire.

Si les juges avaient les mêmes scrupules que sir Walter Raleigh, ils jetteraient au feu toutes leurs instructions. Et ils n'en ont pas le droit.

ANATOLE FRANCE, *Crainquebille*.

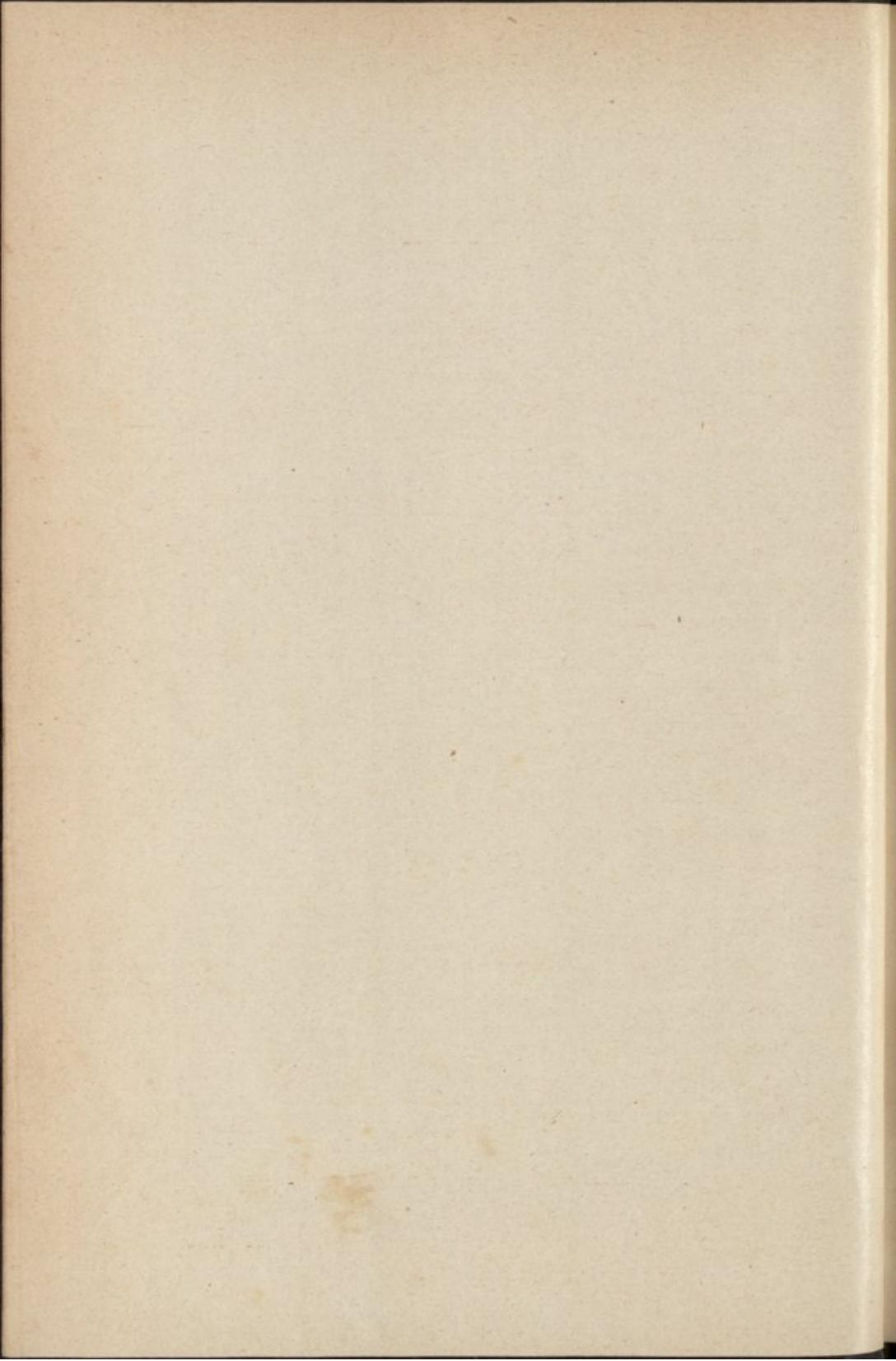


I

O VALOR DA PROVA TESTEMUNHAL

Revista geral

SUMÁRIO: — 1. Introdução.— 2. A testemunha.— 3. A percepção e a memória.— 4. A sugestão e outras causas influenciando nos depoimentos.— 5. Conclusão.



## 1. — Introdução

De todos os elementos de informação judiciária, o mais importante é, sem contestação, a *prova testemunhal*. Nenhuma prova, com efeito, contribue tão poderosamente para a formação de opinião não só dos magistrados mas ainda do público, como esta, que, só por si, muitas vezes basta, em matéria penal, para estabelecer convicção.

Ora esta prova tem sido nestes últimos tempos o assunto de variadíssimos estudos que vieram demonstrar claramente que o seu valor não é, na realidade, tão grande como se supõe.

As investigações feitas neste sentido podem classificar-se em dois grupos distintos pelo método que utilizam.

O primeiro é constituído por descrições e análises de casos da vida real colhidos na prática judiciária de todos os dias.

A *observação casuística*, no dizer de STERN, constitue um dos métodos a empregar no estudo da prova testemunhal.

A sua aplicação está longe de ser uma novidade. Já há muitos anos que médicos legistas, psiquiatras, juristas, etc., veem publicando memórias sobre o valor dos depoimentos de certas categorias de indivíduos, alienados, crianças, etc., ou sobre a forma como nas declarações das testemunhas podem influir certas circunstâncias.

O segundo grupo compreende os trabalhos em que se recorreu a um outro método de criação muito mais recente, ao método *experimental*.

Foi na memória de WILLIAM STERN, *Zur Psychologie der Aussage*, que pela primeira vez se encontra a experimentação sistematicamente aplicada ao estudo dos testemunhos.

Esta memória publicada em 1902 causou enorme sensação e determinou o aparecimento de numerosíssimos estudos feitos segundo os mesmos princípios por autores de todos os países (LIPMANN, LOBSIEN, WRESCHNER, JAFFA, BORST, etc.), que juntos a outros trabalhos ulteriores de STERN constituem hoje já uma riquíssima bibliografia.

A experiência imaginada por STERN, depois tantas vezes repetida, consistia fundamentalmente em mostrar durante um tempo constante

uma estampa a uma série de indivíduos que passados intervalos de tempo maiores ou menores eram convidados a descrever o que tinham visto narrando livremente ou respondendo à série de perguntas dum questionário previamente estabelecido ou fazendo sucessivamente uma e outra cousa, narração primeiro, interrogatório depois.

Como, porém, na prática judiciária, os depoimentos se referem habitualmente a acontecimentos, a factos que se desenvolveram no tempo mudando sucessivamente de aspecto, os juristas vieram logo dizendo que as conclusões laboratoriais não eram praticamente utilizáveis por serem muito artificiais as condições das experiências.

A esta objecção, de carácter completamente teórico é fácil responder fazendo notar que nas estampas se encontram elementos absolutamente análogos a muitos sôbre que na prática, as testemunhas terão, muitas vezes, que se pronunciar: as feições dum indivíduo, a côr duma roupa, a situação relativa de dois objectos numa dada ocasião, etc.

As conclusões que das experiências resultarem sôbre a confiança que merecem as afirmações feitas a êste respeito teem evidentemente uma mais larga applicação.

Estas críticas levaram, no entanto, alguns experimentadores a utilizar como objecto do testemunho scenas representadas por indivíduos préviamente ensaiados.

Assim por exemplo VAN LITZ organizou no seu Seminário criminológico a scena fictícia duma tentativa de assassinato; WEBER fez entrar na sala onde os membros da Sociedade psicológico-judiciária de Göttingen discutiam gravemente sôbre a psicologia dos testemunhos um «clown» e um preto que se demoraram na sala 20 segundos; CLAPARÈDE fez também entrar um mascarado na sala onde estava fazendo a sua lição; LIPMANN fez depor alunos-operários sôbre um acidente préviamente preparado que sobreveio no decurso duma lição, etc.

Outros experimentadores, LOBSIEN por exemplo, recorreram a representações teatrais.

As experiências, porém, feitas nestas condições são pouco próprias para dar resultados seguros e significativos.

Com efeito, por mais bem ensaiada que a scena seja nunca é possível regulá-la por forma que todos os seus detalhes sejam de antemão conhecidos ou se possam depois verificar; é preciso contar sempre com qualquer cousa de imprevisto em cada representação.

Perde-se assim uma das maiores vantagens do método experimental, a possibilidade de verificar sempre a exactidão das afirmações feitas pelas testemunhas comparando os depoimentos com o «test», com o objecto sôbre que incidem.

Convêm sempre escolher para objecto dos testemunhos cousas duradouras, permanentes ou sempre fáceis de reproduzir nas mesmas condições.

É por isso que a maior parte dos autores se tem servido de estampas negras ou de côres representando como as das primeiras experiências de STERN, scenas banais mais ou menos complicadas.

Há, porém, um aparelho, o cinematógrafo, com o qual se podem obter representações que participam das vantagens da estampa e da scena ensaiada sem ter os seus inconvenientes.

Há acontecimento, há movimento e é possível sempre que seja necessário, comparar o «test» com as declarações do depoente «passando» de nôvo a fita.

Êste aparelho, embora fosse logo em 1903 lembrado por STERN para êste fim, não tem sido que me conste freqüentemente utilizado.

No entanto êle presta-se a meu ver, admiravelmente, a esta ordem de investigações.

Foi esta ideia que me levou a utilizá-lo numas experiências por mim realizadas em Coimbra que são o assunto da segunda parte dêste trabalho.

São, suponho eu as primeiras investigações dêste género feitas com «sujets» portugueses de que se publicam os resultados.

A propósito das condições em que operei será indicada minuciosamente a técnica geral a seguir nesta ordem de trabalhos conforme STERN e os seus continuadores a tem estabelecido; por agora limitar-me hei a fazer notar que as vantagens do método experimental não se limitam a permitir, como fica dito, a verificação exacta do conteúdo dos depoimentos.

Êste método torna também possível, modificando, para isso, apropriadamente as condições da experiência, determinar a forma como os depoimentos variam com alguns, tomados individualmente, dos múltiplos factores que sôbre êles possam influir (sexo, idade, grau de cultura dos «sujets», intervalo de tempo decorrido entre a apresentação do «test» e o depoimento, maneira como o depoimento é recolhido, influência dos depoimentos sucessivos uns sôbre os outros, etc.).

Para isso basta tornar tão constantes quanto possível todos menos um dêesses factores e observar as diferenças que, porventura, existam em duas, três, quatro, cinco ou mais séries de depoimentos obtidos, fazendo variar o factor cuja influência se pretende determinar.

Assim se compreende que a experimentação tenha contribuído duma maneira essencial para a constituição desta nova «sciência dos testemunhos» (BINET) de que passo a indicar as conclusões mais importantes e, até hoje, mais seguramente estabelecidas.

*Os depoimentos contêm normalmente erros.* Os depoimentos inteiramente exactos são excepcionais. Tal a conclusão fundamental, até hoje sempre confirmada das investigações de STERN.

Estes erros teem a *precisão* das recordações exactas. Compreende-se a importância prática dêste facto; uma afirmação muito precisa feita sem a menor hesitação pode ser redondamente falsa. A experiência mostra que a nitidez das recordações não é incompatível com a sua falsidade.

Dêstes erros é também notável a sua *especialização*; uma narração exacta num certo número de pontos pode ser falsa noutros.

Esta noção tem também uma alta importância prática. Em geral, nas questões judiciais, quando se verifica a exactidão dum certo número de factos referidos por uma testemunha, facilmente se acredita na verdade do conjunto das suas declarações.

E, pelo contrário, uma afirmação que se demonstre não ser exacta, é suficiente as mais das vezes para invalidar, por completo, um depoimento.

Há, com efeito, uma tendência para considerar os depoimentos como blocos indivisíveis susceptíveis de uma apreciação global e a dividi-los por consequência em duas grandes classes: a dos depoimentos verdadeiros e a dos depoimentos falsos.

Os primeiros, que são os depoimentos das pessoas de bem, só contem a verdade. O valor moral do seu autor serve-lhes de garantia.

Nos segundos, devidos a pessoas de moralidade equívoca, só se encontra o êrro e a mentira. Não merecem a menor consideração.

A esta noção clássica extraordinariamente simplista tende pouco a pouco a substituir-se outra mais racional só muito recentemente compreendida pelos psicólogos e pelos juristas, mas que é, dos historiadores, conhecida há longos anos.

Os historiadores, com efeito, sabem há muito tempo que, na narração mais exacta dum determinado factó feita por um contemporâneo, pode haver erros, que os há mesmo normalmente; sabem também que, na narração mais fantasiosa, pode haver dados exactos; e por isso procuram sempre, na leitura dos textos, sujeitando-os a uma rigorosa crítica, extremar o que é, com probabilidade, exacto da mentira e falsa informação.

Por uma forma análoga deveriam ser apreciados os depoimentos produzidos em juízo, não esquecendo nunca que a «veracidade dum indivíduo não garante, por forma alguma, a verdade das suas afirmações e a mais completa sinceridade não preserva das peores ilusões» (LARGUIER DES BANCEL), considerando sempre os depoimentos, não como um todo indivisível susceptível de uma apreciação do conjunto, mas como um amontoado de elementos de natureza e significação diversas, cada um dos quais deve ser examinado á parte.

*Os erros não são uniformemente distribuidos pelas diversas categorias de elementos contidos nos testemunhos.*

As informações referentes às acções, ao diá-

logo, às posições relativas das personagens são, dum modo geral, bastante exactas.

Pelo contrário, as informações referentes ao aspecto das personagens, estatura, forma do rosto, côr dos cabelos, vestuário, etc., ou, duma maneira mais geral, às informações referentes às qualidades e especialmente às côres são muito defeituosas.

Igualmente dignas de pouco crédito são as informações que dizem respeito a números e a avaliações de tempo.

A pouca confiança que merecem as informações referentes ao «signalement» dos indivíduos faz prever os erros notáveis que se deverão cometer nos reconhecimentos de pessoas.

Estes erros são, na verdade, vulgaríssimos; exemplo, o seguinte caso contado por GLOS.

Em 11 de maio de 1893, uma fôlha de Viena publicava o retrato dum vagabundo que se dizia chamar Wallenburg, acompanhado dos seus sinais mais caraterísticos.

Muitas pessoas julgaram reconhecer nesse pretendido Wallenburg um certo Skarke que tinha desaparecido em 1877, depois de ter praticado numerosos roubos.

Wallenburg negava enérgicamente ser o tal

Skarke, mas apesar disso foi condenado a trabalhos forçados como sendo o Skarke.

Então Wallenburg declarou chamar-se Back e ser natural da Baviera, dando informações que permitiram estabelecer, sem contestação possível, a sua identidade. No entanto numerosas pessoas da aldeia do Skarke não hesitaram em reconhecer o Wallenburg-Back como sendo o seu patrício, apesar da sua pronúncia caracteristicamente bávara.

*Não há relação imediata entre a extensão e a fidelidade dum depoimento.*

Os depoimentos mais extensos não são fatalmente os mais exactos; é mesmo o contrário que se observa muitas vezes.

*A fidelidade dum depoimento não está em relação com a segurança com que a testemunha depõe.*

Está muitas vezes na razão inversa. As boas testemunhas sabem duvidar.

*Nos depoimentos garantidos por juramento prestado pela testemunha encontram-se normalmente erros numa percentagem que não é inferior à dos depoimentos não jurados.*

Daqui se conclue evidentemente que a supres-

são do juramento, seja qual for a sua forma, não diminue o valor dos depoimentos.

Esta supressão não só não teria inconvenientes, mas teria mesmo vantagens; o juramento dando aos testemunhos um carácter de suposta exactidão que na realidade não possuem.

*Foi abolida já o juramento.*

## 2. — A testemunha

O valor dum depoimento está, duma maneira geral, na dependência da intervenção dum conjunto complexo de factores cujas acções muitas vezes contraditórias se podem combinar pelas mais variadas formas.

O depoimento depende em primeiro lugar do seu autor, da testemunha.

Excluindo a hipótese, aliás tão frequente, dum propósito consciente de mentir, circunstâncias individuais próprias da testemunha podem contribuir poderosamente para a produção de erros mais ou menos graves que se não podem evidentemente atribuir à má fé.

São essas circunstâncias que, rápidamente, aqui vamos passar em revista.

Mas, antes de entrar neste assunto convêm, a respeito dos depoimentos feitos de má fé, propositada e conscientemente falsificados, chamar a atenção para a enorme dificuldade que, muitas

vezes, haverá em distinguir se uma testemunha está ou não dizendo a verdade.

A observação de certos fenómenos de ordem psico-fisiológica pode, quando bem interpretada, fornecer elementos de valor para essa distinção. HANS GROSS reuniu no decurso da sua vida como juiz instrutor um certo número de curiosas notas que mostram bem a importância do estudo minucioso do gesto e da mímica dos depoentes.

Assim GROSS, por exemplo, afirma que, quando as declarações das testemunhas estão em desacôrdo com a sua íntima convicção, os gestos acompanham muitas vezes o pensamento subconsciente e não as palavras pronunciadas; que as testemunhas, quando dizem mais do que o que sabem, fecham muitas vezes, instintivamente, os olhos ao ter consciência, no meio da narração, de que começam a mentir, etc.

Posto isto, começaremos por considerar a influência da *idade* das testemunhas sôbre o valor dos depoimentos.

São as declarações dos indivíduos adultos que devem, duma maneira geral, merecer maior confiança.

Nos *velhos* a diminuição progressiva das faculdades de observação, o enfraquecimento da memória bastariam, só por si para minorar o valor dos seus depoimentos, se outras causas ainda não contribuissem para êste resultado.

O velho é egoísta, misoneico, desconfiado, pessimista. E êste conjunto de circunstâncias leva-o muitas vezes a apreciar certos factos por uma forma severa e injusta.

Os depoimentos das *crianças* não são também, em geral, dignos de grande crédito.

Investigações experimentais demonstraram que estes depoimentos são muitas vezes notáveis pela sua grande extensão e pela enorme firmeza com que os factos são referidos. As crianças são em geral depoentes imperturbáveis, mas a sua fidelidade é pequena.

Segundo STERN, o testemunho tende a melhorar ligeiramente com os progressos da idade, pelo menos entre os 7 e os 18 anos, havendo tanto nos rapazes como nas raparigas uma fase de variação rápida na época da puberdade.

No entanto alguns juristas, entre os quais HANS GROSS, atribuem a estes depoimentos, sobretudo aos dos rapazes, um valor bastante elevado.

Numerosas observações casuísticas parecem

porém demonstrar precisamente o contrário, confirmando e completando os resultados experimentais.

O conhecimento dêste facto parece-me importante, porque há geralmente uma tendência a acreditar piamente nas declarações infantis.

Não há nada, com efeito, mais comedor, como faz notar MOTET, do que a narração ingénua que uma criança faz dum crime de que pretende ser a vítima ou a testemunha.

A família, os amigos comovidos e indignados por uma aventura monstruosa, facilmente acreditam na veracidade do caso, e para precisar melhor certos pontos vão incessante e inconscientemente fornecendo detalhes de que a criança se apodera e reproduz daí para o futuro sem variantes.

Por esta forma, pouco a pouco a história vai ganhando extensão e precisão graças aos detalhes sugeridos que se vão agrupando em torno do seu núcleo primitivo.

E assim se compreende bem que no gabinete do magistrado a criança possa fazer uma acusação terrível, clara e precisa, que repete sempre integralmente como uma lição bem decorada, indicando muita vez, o que é gravíssimo, sinais que permitem reconhecer, sem sombra de dú-

vida, certo indivíduo como sendo o agente criminoso.

Mas a sugestão inconscientemente feita pelos parentes, pelos amigos, etc., não se limita apenas a enriquecer e a deformar a história que uma criança conta; em certos casos toda a história é, por completo, criada por essa sugestão.

MOTET relata uma observação de LASÈGUE, verdadeiramente demonstrativa, referente ao rapasito que, tendo andado na brincadeira, «voltou para casa muito depois da hora habitual. Á sua chegada, a mãe inquieta pergunta-lhe de onde êle vem; o pequeno atrapalha-se; a mãe aperta-o com perguntas; êle responde *sim* a tudo o que lhe perguntam; ela lembra-se que o pequeno pode ter sido a vítima dum atentado ao pudor, e lançada nesta pista, não se sabe porquê, interroga-o neste sentido, prepara sem querer as respostas e, quando o pai chega, é ela que, deante da criança, conta a história tal como a tinha imaginado. A criança fixa-a; aprende-a de cor, deixa-se levar à rua Vivienne e, quando aí lhe perguntam se conhece a casa para onde o tinha levado o tal homem, indica a casa do comerciante; e a história ficou assim completa, até o dia em que foi possível reconstituir a verdade

e reduzir a nada uma fábula cujas consequências podiam ser tão graves».

Ao lado da sugestão, outras causas podem contribuir para a produção, pelas crianças, de falsos depoimentos: a sua poderosa *imaginação criadora*, que dá lugar a curiosíssimos fenómenos de auto-sugestão, a *curiosidade*, a sua tendência para *brincar com as palavras* como com as coisas, que é uma das causas mais frequentes da mentira infantil, o *medo*, etc.

A imaginação da criança, impressionada pelos comentários que ouve fazer sôbre os crimes sensacionais que veem relatados nos jornais, impressionada pelas gravuras que vê, etc., facilmente architecta scenas mais ou menos semelhantes de que se supõe o heroi, pelo imenso desejo que tem de representar na vida, um papel importante.

GUILHERMET conta, por exemplo, a história duma pequena que um casal sem filhos tinha adoptado, e que foi encontrada a exercer manobras obscenas sôbre uma boneca; interrogada, declarou que fazia à boneca o que lhe tinham feito a ela quando estava em casa da ama que a criara, indicando ao mesmo tempo quem tinham sido os autores do atentado. Tendo o exame pericial demonstrado a falsidade das declarações da pequena, esta, apertada com perguntas, con-

fessou ter mentido, e que tinha querido fazer «como as senhoras que vinham no jornal», referindo-se a um escândalo sensacional de que tinha ouvido ler, em casa da sua família adoptiva, o relato das audiências.

MOTET cita o caso duma rapariguita, que para ter ensejo de se sentar nas luxuosas cadeiras do gabinete dum juiz de instrução, que lhe tinha sido descrito por uma sua companheira, fez contra um indivíduo inocente uma falsa denúncia.

A criança não mede o alcance das suas declarações.

Com receio dum castigo, para justificar porque não foi à escola, porque veio tarde para casa, porque traz as calças rôtas ou o fato molhado, não hesitará muitas vezes em contar a história dum atentado fantástico referido com toda a minúcia; não foi à escola porque um homem o levou para uma casa...; vem molhado porque o quiseram matar atirando-o ao rio...; etc.

As crianças que tão facilmente, como acabamos de ver, produzem falsas hétero-denúncias, podem também ser em certos casos, embora mais raros, auto-denunciadoras (1).

---

(1) Chamam-se *auto-denunciadores* os indivíduos que se acu-

A explicação destas auto-denúncias deve em geral procurar-se também em fenómenos de sugestão.

A história duma criança de 13 anos que se acusava de ter atirado à água um outro pequeno que tinha desaparecido, referida pelo dr. MOTET, é típica e demonstrativa. Um pequenito contou à família que Massé, o auto-denunciante, afirmava que, ao tomar banho com Marinier, o desaparecido, o empurrára para um sitio fundo. É possível que tudo isto fosse inventado pelo narrador. «O que é certo é que o avô do desaparecido soube-o; vai procurar o pequeno Massé, trata-o ásperamente; Massé, intimidado, defende-se mal, vê-se apertado com perguntas e, neste caso, as perguntas preparam as respostas: *Onde é que o deitaste? Foi aqui? Não pode ser senão aqui...* E a criança, assustada, responde: *Sim*. Outras

---

sam a si próprios perante as autoridades administrativas ou judiciais.

É preciso não confundir os auto-denunciadores com os auto-acusadores dos psiquiatras, que são os indivíduos que se atribuem qualquer crime sem, no entanto, se apresentarem às autoridades e ainda os que fazem a seu próprio respeito juízos desfavoráveis.

*Hétero-denunciadores* os que, perante as autoridades, acusam qualquer outra pessoa.

*Auto-hétero-denunciadores* os que simultaneamente se acusam, sempre perante as autoridades a si e a outrem.

peessoas interveem, cada uma traz a sua afirmação; e, na pequena cabeça perturbada, faz-se um trabalho de assimilação inconsciente, em que a verdade sossobra, onde aparecem dispostos por uma ordem regular os dados da *entourage*» (MOTET).

As experiências feitas para a determinação da influência do *sexo* levam a admitir que os depoimentos das mulheres são incontestavelmente mais extensos que os dos homens colocados em idênticas condições.

A propósito, porém, da fidelidade relativa dos depoimentos masculinos e femininos, os resultados das experiências feitas até hoje são contraditórios. Por um lado, das investigações de STERN resalta nitidamente uma menor fidelidade dos depoimentos das mulheres; por outro lado, MARIE BORST, em experiências feitas em condições absolutamente idênticas, chegou a resultados diametralmente opostos. A razão dêste facto é difícil de perceber.

A experiência demonstrou que, na mulher, as recordações são mais persistentes. As mulheres esquecem menos que os homens; mas tanto persistem as recordações exactas como as falsas.

A mulher, além disso, parece que não sabe duvidar. É, como as crianças, um depoente imperturbável com uma enorme tendência para garantir com toda a segurança a veracidade das suas declarações.

Sobre os depoimentos influem também as *condições sociais* do depoente, o seu grau de *cultura*, a sua *profissão*, etc. A acção deste conjunto de factores é complexa e não está bem elucidada.

Os depoimentos das pessoas cultas são duma maneira geral mais valiosos.

Mas é preciso não esquecer que em certas classes sociais, em certas profissões, se encontram frequentemente deformações psíquicas especiais, traduzindo-se por um conjunto de opiniões, de tendências, de prejuízos mais ou menos justificáveis, de natureza religiosa, política, científica, etc., que podem influir caracteristicamente em todos os raciocínios, mesmo nos mais objectivos.

O «*feitio*», o modo de ser psíquico individual dos depoentes pode exercer notável influência sobre as suas declarações.

A ciência psicológica ainda não conseguiu

estabelecer uma classificação geral, regular, dos diversos tipos individuais.

BINET e outros autores demonstraram no entanto que os indivíduos se podem classificar em categorias bem distintas, conforme a maneira como descrevem um objecto que viram ou uma scena a que assistiram. Seguindo êste critério, BINET estabeleceu quatro tipos: o tipo *descritivo*, o tipo *observador*, o tipo *emocional*, e o tipo *erudito*.

Seria evidentemente muito interessante a determinação do valor relativo dos depoimentos produzidos por indivíduos pertencentes a cada um dêstes quatro tipos. BORST tentou, sem resultado, fazê-lo.

LOBSIEN, procurando por outro lado, a influência dos tipos chamados *sensoriais*, concluiu pela inferioridade do tipo visual, que seria, no entanto, menos sugestionável.

Embora a investigação experimental não tenha, sôbre êste assunto, dado resultados suficientemente elucidativos, certos factos de observação vulgar permitem, no entanto, até certo ponto avaliar a influência que sôbre os depoimentos pode exercer a feição especial do espírito da testemunha.

Assim, é sabido que nem todas as pessoas são

observadores atentos e fieis; certas particularidades que possam vir a ter mais tarde grande importância na instrução judiciária dum dado caso fáclmente passarão despercebidas a uma testemunha desatenta.

Há indivíduos pessimistas, vendo sempre as cousas pelo seu lado menos belo, acreditando mais fáclmente na preversidade do que na bondade humana. Há, pelo contrário, indivíduos optimistas, com tendência para ver tudo côr de rosa.

Compreende-se também que possa haver indivíduos tendo sôbre certos assuntos noções estranhas, diversas das da maioria das pessoas e que, interpretando por uma forma especial certos factos tidos, em geral como condenáveis ou não, produzam sôbre êles extravagantíssimas declarações nascidas do seu modo especial de ver.

Não devemos ainda esquecer que, em certos casos, a testemunha se pode apaixonar pelos resultados prováveis do processo em que tenha que depor.

A simpatia por esta ou por aquela entidade, ou pelo contrário o ódio e a repugnância podem, por fenómenos de auto-sugestão, dar a um depoimento, que se não pode considerar proposita-

damente falsificado, uma feição especial que mais ou menos se afaste da verdade.

Em questões patrióticas, políticas, religiosas ou sociais, observam-se frequentíssimamente factos desta ordem.

*7/3/41*

Todos os factos indicados até aqui estão evidentemente compreendidos dentro dos limites da normalidade psíquica.

Encontram-se, porém, com maior frequência do que geralmente se supõe, depoimentos falsos cujos erros teem uma origem patológica.

É claro que me não quero referir aqui aos depoimentos dos alienados reconhecidos como tais, aos dos alienados internados, por exemplo; quero-me referir aos depoimentos daqueles cuja afecção mental não é, as mais das vezes, nem sequer suspeitada pelos magistrados ou pelo público.

Este caso está longe de ser uma raridade; «ao lado da história tão rica dos *alienados desconhecidos e condenados*, poder-se hia escrever com a mesma facilidade a dos *alienados desconhecidos, aceites como testemunhas e acreditados sob palavra nos tribunais*» (DUPRÉ).

Entre os mais interessantes a considerar, sob este ponto de vista, destacam-se os alienados

com delírios sistematizados, mantendo a sua actividade mental e cuja psicose se reduz à interpretação delirante do que lhes acontece. Estes doentes, com quanto dêem aos magistrados e ao público a impressão de uma perfeita sanidade mental, podem produzir depoimentos francamente patológicos, exercendo, muitas vezes, uma influência muito nociva sôbre a convicção dos magistrados.

Os delírios dêste tipo caracterizam a *paranoia*.

A ideia delirante duma perseguição de que o doente se supõe a vítima, perseguição atribuida a certo e determinado indivíduo, ou a um grupo ou classe social ou mesmo, por assim dizer, difusa, partindo de toda a gente, cria no espírito do doente o sentimento duma hostilidade ambiente que o leva a interpretar, à luz dêste preconceito, os factos mais banais e insignificantes, como manifestações da perseguição que lhe é movida.

Um doente dêstes, procurando defender-se, vai muitas vezes queixar-se ás autoridades, denunciando esta ou aquela entidade, produzindo assim, é claro, uma falsa denúncia.

Uma modalidade particular dêste delírio, descrito com o nome de *delírio litigante* ou *processivo*, tem, sob o ponto de vista do valor dos depoimentos, uma importância capital.

Toda a vida mental dos doentes gravita, neste caso, em tórno dum *prejuízo judiciário*; julgando-se perseguidos, lesados nos seus interesses, perseguem intentando inumeráveis questões, fazendo incontáveis denúncias que, sendo a maior parte das vezes motivadas por um acontecimento real, mas fútil, não parecem à primeira vista absurdas.

E é esta por vezes a sua única perturbação mental.

Argumentadores infatigáveis, falando correctamente, escrevendo bem, acumulando provas, multiplicando detalhes, fornecendo datas, com uma grande força persuasiva devida à exaltação mental sintomática da sua doença, conseguem, muitas vezes, convencer, os desprevenidos, da verdade e justiça das suas recriminações, tão difícil é, nestas, extremar a parte da verdade que se mistura com o êrro e a mentira.

Uma variedade interessante de processivos é constituída pelos que, julgando-se descendentes de famílias notáveis pela sua riqueza ou situação social, reivindicam os seus direitos a heranças, a títulos nobiliárquicos, etc., intentando questões nos tribunais, suscitando campanhas jornalísticas, dirigindo-se aos parlamentos, aos ministros, aos reis, etc.

Compreende-se também que um paranoico, tendo casualmente de depor como testemunha, possa interpretar certos factos, que mais ou menos se relacionem com o seu delírio, por uma forma menos exacta.

Além da paranoia, outra anomalia mental, a *imbecilidade*, pode freqüentemente dar lugar a falsos depoimentos.

Como é sabido, a imbecilidade é compatível com uma certa cultura intelectual; há imbecis diplomados por escolas superiores; outros conseguem desempenhar funções sociais que lhes permitem ganhar a sua vida. Como se vê, trata-se de individuos que fácilmente poderão não dar a perceber, numa rápida convivência, a sua psicopatia.

A deficiência da atenção voluntária leva-os, no entanto, sempre a fazer depoimentos inferiores. Aplicando os métodos de STERN, RAUSCHBURG fez uma série de observações sobre débeis mentais novos mas em que a fraqueza de espírito era por tal forma pouco manifesta que seriam, sem dúvida, aceites todos, como testemunhas, nos tribunais. Estas experiências mostraram que, neste caso, a memória das cousas que acabavam de ser vistas era, pelo menos, duas vezes mais fraca

que nos adolescentes normais, colocados nas mesmas condições. A conclusão análoga chegou, usando também o método de STERN, o dr. PLACZEK de Berlim.

A sua vontade de fraca inibição, a sua enorme crudelidade torna-os facilmente sugestionáveis.

Muito mentirosos, nestes doentes observa-se muito frequentemente um síndrome descrito por DELBRÜCK com o nome de *pseudologia fantástica* e que consiste em contar histórias extraordinárias e impossíveis sem nenhum fim aparente, síndrome que, por vezes, se encontra também em indivíduos muito inteligentes, a fraqueza mental não sendo sempre a base da necessidade de mentir (HENRICHSEN). ALPHONSE DAUDET desenhou no seu *Tartarin de Tarascon* o caso tipo deste síndrome mental.

Extremamente vaidosos, o seu desejo de gloriola, a necessidade de representar um papel, leva-os, muitas vezes, a apresentar-se como muito bem informados a propósito de qualquer crime misterioso, que muito tenha comovido a opinião pública, por considerarem «uma honra ser daqueles que sabem, daqueles que viram e cujos depoimentos fazem sensação» (CLAPARÈDE). E assim fazem depoimentos fantasistas que desnor-teiam a justiça sem vantagem, que se veja,

para os seus autores. É o caso do cocheiro de Lyon do «Affaire Gouffé» que, «cedendo ao desejo insensato de representar um papel» (LACASSAGNE), denunciou falsamente três indivíduos como tendo atirado para o valado a mala que continha o cadáver.

Outras vezes, estes débeis vaidosos apresentam-se e pelos mesmos motivos a acusárem-se dum crime real cujo autor não seja conhecido, como no caso Steinheil, ou mesmo dum crime imaginário.

A mesma mentira, a mesma vaidade, se encontram nos *loucos morais* e contribuem juntamente com a anestesia do senso moral que os caracteriza para anular quási por completo o valor dos seus depoimentos.

Nestes doentes a perversão moral pode existir sem prejuízo das faculdades intelectuais, por vezes mesmo superiores á média (MATOS).

Esta circunstância torna muito possível a hipótese de poder ser um louco moral admitido com confiança a depor nos tribunais.

Na *histeria* observa-se com certa freqüência um «prurido de invenção» que leva os doentes a compor, para atraír as atenções, para se tor-

narem interessantes, com grande luxo de detalhes, as histórias mais dramáticas, mais complexas e mais fantasistas, referidas sempre num tom profundamente convincente e muitas vezes acompanhadas da exibição de auto-mutilações demonstrativas de presumidos atentados.

A histórica é, na maioria dos casos, *auto-hétero-denunciadora* e esta dupla denúncia refere-se habitualmente a factos de ordem genital (violação, abôrto, etc.).

São numerosíssimos os casos desta natureza registados na história judiciária de todos os países. O dr. JÚLIO DE MATOS refere, por exemplo, o seguinte: «Uma que observei, confidenciando ao pai uma fantástica novela de sedução em que figurava como protagonista um amigo e frequentador da casa, pôs em risco eminente a vida do suposto D. João, que só a uma casual viagem deveu não ser morto pelo indignado pai; o exame demonstrou a virgindade dessa histórica de 17 anos».

A hétero-denúncia é relativamente rara na histeria que não ande associada a outras psicopatias. A histórica, se denuncia, não é por perversão moral, é para chamar sôbre si as atenções, para despertar nos outros sentimentos de admiração ou piedade.

A auto-denúncia, rara também, parece, no en-

tanto ter sido freqüente na idade média em questões de bruxaria.

Se considerarmos agora que as históricas são muito sugestionáveis e que «o estado hipnótico não é, como geralmente se pensa, indispensável, nem mesmo necessário, na grande maioria dos casos, para modificar pela persuasão a atitude mental dum histérico» (MATOS), que a sua vontade é instável, o seu espírito de imitação poderoso, que apresentam uma grande versatilidade de sentimentos e rápidas cambiantes de humor, qual será o valor do depoimento dessas criaturas quando, ocasionalmente, chamadas a depor como testemunhas?

«A comparência das históricas nos tribunais é uma questão muito delicada. ROUBY declara que uma testemunha histérica não é mais digna de confiança que uma testemunha alienada. Devem recolher-se os seus depoimentos com a maior reserva» (HAURY).

Com quanto se não ponham completamente de parte, estes depoimentos devem ser cuidadosamente verificados, pois só assim se poderão evitar gravíssimos erros judiciários.

Com reserva, também, devem ser considerados os depoimentos dos *epilépticos*.

Se intelectualmente o epiléptico pode não differir do homem normal, distancia-se sempre notavelmente d'este pelo seu character, pela sua affectividade.

«A irritabilidade constitue o traço dominante do carácter habitual dos epilépticos. Estes doentes são geralmente desconfiados, questionadores, dispostos à cólera e aos actos violentos pelos mais ligeiros motivos e, às vezes mesmo, sem motivos apreciáveis. O que sobretudo se deve notar, a nosso ver, no carácter como no estado intelectual dos epilépticos é a extrema variabilidade do seu humor ou das suas disposições morais segundo o momento em que se observam» (FALRET).

Convêm ainda notar que nestes doentes o ataque convulsivo pode ser substituído por equivalentes diversos físicos ou psíquicos de duração variável e que por vezes são a única manifestação da nevrose. A memória que os doentes guardam dos factos acontecidos durante estes períodos é muito variável: «umas vezes há amnésia completa ou lacunar, outras amnésia parcial ou crepuscular, mais raramente, enfim, uma recordação que se vai lentamente apagando até à extinção, como no estado normal succede relativamente a certos sonhos» (MATOS).

Continuando nesta rápida enumeração das diversas perturbações mentais que mais facilmente poderão dar origem a falsos depoimentos, vou agora referir-me a uma que é a causa mais frequente de auto-denúncias, à *intoxicação alcoólica*.

Já LASÈGUE tinha notado que, «quando um homem vem dizer que matou outro sem que isso seja verdade, há noventa e nove probabilidades sobre cem de que seja um alcoólico».

Trata-se ordinariamente, nestes casos, de delírios alucinatorios, não completamente dissociados, mas em que ilusões e alucinações auditivas, e mais raramente visuais, justificam a convicção com que o doente refere, mesmo passado o delírio activo que as fez nascer, uma pretendida scena dramática de que se julga o heroi.

Outras vezes, trata-se de verdadeiros delírios paranoides, habitualmente com ideias de perseguição, que levam os doentes a queixar-se às autoridades, apenas, as mais das vezes, como meio de defesa e protecção; estes doentes não procurando, em geral, como os perseguidos-perseguidores, reagir contra os seus inimigos.

A aliança, sempre possível, da intoxicação alcoólica com diversas formas de degenerescência mental, podendo dar lugar a manifestações das mais variadas formas, diminue ainda mais o va-

lor dos depoimentos dos alcoólicos que, evidentemente, só poderão ser aceites com as maiores reservas.

Era lógico supor que na *melancolia*, doença clássica da auto-acusação, fossem vulgaríssimas as auto-denúncias.

Mas não é assim. Sob o ponto de vista judiciário, o seu interesse é menor do que o dos casos que até aqui temos estudado. O melancólico, que é sempre um auto-acusador, raras vezes é um auto-denunciante activo.

Na evolução geral da doença podem habitualmente distinguir-se quatro períodos:

- 1.º Estado melancólico;
- 2.º Delírio de culpabilidade difusa;
- 3.º Auto-acusação precisa;
- 4.º Auto-denúncia activa.

A maior parte dos doentes ficam no segundo período; só uma pequena minoria atinge o quarto (DUPRÉ). E neste caso trata-se quasi sempre de mulheres que se accusam dum crime de infanticídio.

Para terminar, resta-me chamar a atenção para certas cérebropsicopatias cuja instalação se faz insidiosamente por um período mais ou menos

longo em que os sintomas são ténues e esbati-dos, não sendo, por isso, facilmente percebidos sobretudo por quem não tenha até aí convivido com o doente.

Assim acontece na *paralisia geral*, no período chamado médico-legal por LEGRAND DU SAULLE e na *demência senil*.

Compreende-se que estes casos em que o diagnóstico precoce é difícil sejam delicados e embaraçosos.

Nestes doentes há sempre um enfraquecimento das faculdades intelectuais e morais, progressivo e irremediável.

A atenção torna-se logo desde o princípio difusa e superficial, a memória e a inteligência vão-se pouco a pouco tornando cada vez mais deficientes.

A propósito da demência senil HAURY faz notar que nesta doença se observam muitas vezes «estados melancólicos com ideias de auto-acusação, ou ideias de perseguição com acusações mentirosas sobretudo contra a «entourage» e as pessoas da família. Mas é sobretudo a perda da fixação das recordações, a amnésia de fixação que faz partidas aos velhos; êles enchem com grande facilidade a lacuna das suas recordações por invenções, o que se chama *confabulation*, in-

interpretam falsamente estes erros da sua memória e, como a decadência intelectual que os invade se traduz por perturbações de atenção, e também de consciência, por apatia, indiferença e enfim abaixamento geral do senso crítico, vê-se o perigo a que estão expostos, sobretudo os indivíduos pouco atacados, de que o simples enfraquecimento psíquico não se revela ainda em nada da sua atitude, da sua linguagem ou das suas reacções exteriores» (HAURY).

Não sendo a demência senil senão o exagêro dos fenómenos que normalmente caracterizam a velhice, compreende-se que possa haver casos embaraçosos em que seja difícil dizer se se está em presença apenas dum velho ou já dum demente senil.

Esta consideração é de molde a tornar-nos ainda mais circunspectos na apreciação dos depoimentos dos velhos de que já mais atrás nos ocupámos.

No final dèste rápido estudo da influência individual que a testemunha pode exercer sôbre o depoimento que produz, convêm observar que o facto de assistir a um espectáculo em companhia de outras pessoas modifica notavelmente a nossa

impressão, independentemente das modificações que as conversas ulteriores possam produzir.

A colectividade actua sôbre o indivíduo no momento da própria observação.

A testemunha multidão observa e interpreta diversamente da testemunha indivíduo.

E isto resulta não só da adição mas da multiplicação dos erros, das ilusões dos «entrainements» passionais que cada observador traz para a obra inconsciente da observação e testemunho colectivos (DUPRÉ).

É curioso que nestes casos não é sempre a mais exacta a narração do maior número; uma pequena minoria pode ter razão.

### 3. — A percepção e a memória

Um depoimento presume evidentemente a percepção dum determinado fenómeno de que se guardou na memória uma imagem mais ou menos fiel, susceptível de ser evocada oportunamente no momento de depor por forma a dar lugar a uma afirmação de objectividade, a uma objectivação afirmativa.

O conhecimento do mecanismo psíquico tanto da percepção como da memória, sempre tão intimamente ligadas, mostra-nos claramente como uma e outra podem ser a origem de variadíssimos erros.

A *percepção* consiste fundamentalmente na fusão da sensação actual, excitadora com imagens associadas provenientes de sensações anteriores agora reproduzidas, que a revestem e amparam por forma a constituir com ela um conjunto uni-

tário e homogéneo referido ao mundo externo e considerado como proveniente da presença actual de objectos ocupando um determinado espaço. «A percepção reveste assim o objecto sentido das qualidades que a experiência mostrou estarem-lhe habitualmente unidas» (VAISSIÈRE).

Ora pode acontecer que os atributos representados pelas imagens associadas correspondam a qualidades que o objecto da sensação, na realidade, não possui; como nós facilmente consideramos estas imagens como sensações, facilmente iremos atribuir ao objecto da sensação um conjunto errado de qualidades.

Êste facto é vulgarissimo. Na apreciação dos objectos mais vulgares contentamo-nos com um exame muito superficial; assim, por exemplo, para ler, não precisamos verificar uma por uma todas as letras que compõem as palavras, por isso nos passam despercebidos a maior parte dos erros tipográficos dos livros e dos jornais; as palavras que julgamos ler são diferentes das que na realidade lá estão.

HANS GROSS regista a êste propósito uma observação interessantíssima referente à mão direita do papa Santo-Sixto do quadro de Rafael, a «Madonna Sixtina» que está na Galeria Real de Dresden; esta mão tem seis dedos, como pode verifi-

car-se fácilmente em qualquer reprodução, e no entanto poucas pessoas teem dado por tal.

Compreende-se perfeitamente que as percepções inexactas possam ser a origem de numerosos erros dos depoimentos.

Foi o que aconteceu, por exemplo, no seguinte caso contado por VIBERT.

Tendo-se dado uma vez um choque entre um «tramway» a vapor e uma carruagem de cavalos, de que resultou a morte do cocheiro, todas as pessoas que iam no «tramway» declararam que o «watman» tinha visto a carruagem. Averiguou-se que o facto era falso. O «watman», enquanto o «tramway» andava, ia abaixado a meter carvão na máquina. Como não via a rua, ia apitando para evitar qualquer acidente.

Mas apitar repetidas vezes representa habitualmente um aviso para que se afaste qualquer cousa que obstrua a via. «As duas imagens, sempre percebidas juntas, chegam a não formar senão uma. O «watman» toca, logo vê. A testemunha chega a empregar esta formula «o watman vê», porque para ela neste caso apitar e ver são absolutamente equivalentes» (VIBERT).

Maiores serão ainda os erros quando o facto sôbre que incida o depoimento se tenha desen-

volvido com vertiginosa rapidez, como muito frequentemente acontece, porque, neste caso, os nossos sentidos não conseguirão apreender todas as fases do movimento; apenas algumas serão percebidas.

Por necessidade de síntese lógica, o nosso espírito preenche as lacunas do produto mental descontínuo, assim obtido, com elementos estranhos mais ou menos afins, de modo a obter um conjunto lógico e possível, mas que não é a exacta reprodução do fenómeno observado.

Algumas circunstâncias especiais podem contribuir poderosamente para a produção de falsas percepções.

A *emoção* sentida pela testemunha ao presenciar um crime ou ao encontrar os seus vestígios deve ser indicada em primeiro lugar.

A emoção exerce, com efeito, uma acção dissolvente sôbre a síntese mental e uma influência perturbadora sôbre toda a actividade psíquica. São conhecidas, as narrativas fantásticas que fazem as pessoas que escaparam ou assistiram a um grande desastre: incêndios de teatros, descarrilamentos, terremotos, etc. O número dos feridos e dos mortos é multiplicado, os episódios mais inverosímeis são contados com a maior sinceridade.

A *atenção expectante* é também a origem de numerosas ilusões, o desejo e o medo tendendo a objectivar e a actualizar tudo o que os favorece. Quando esperamos ansiosamente a chegada duma pessoa amiga, julgamos reconhecê-la num desconhecido que encontramos. A uma pessoa medrosa que passa de noite num sítio êrmo, as cousas mais banais parecem tomar proporções e formas ameaçadoras.

Estas ilusões podem ser colectivas. Os naufragos da jangada da Medusa julgavam ver frequentemente embarcações que os poderiam socorrer. A esquadra russa a caminho do Oriente, ao encontrar, no mar do Norte, uns vapores de pesca de Hull, julgou ver uma esquadilha de torpedeiros japoneses contra os quais abriu fogo.

É o que se vê também na seguinte observação devida a HANS GROSS.

Três companheiros dispunham-se a jogar; faltava um parceiro. Passou um rapaz, êles convidaram-no. O rapaz não respondeu e continuou o seu caminho. Os três, furiosos, injuriaram-no. Como, segundo êles contavam, o rapaz se tivesse voltado para trás e lhes tivesse respondido com uma torrente de injúrias, encheram-no de pancadas.

Trazida a questão para os tribunais, verifi-

cou-se que o rapaz era mudo. No entretanto os três continuavam a afirmar que êle os tinha insultado.

Quando esperamos uma determinada resposta, julgamos muitas vezes ouvi-la, mesmo que ela não tenha vindo.

A êste respeito são também interessantes as histórias que HANS GROSS conta dum papagaio, que tinha, do qual, pelo facto de responder acertadamente a um certo número de perguntas, as creadas, admitindo que êle era capaz de responder a tudo, interpretavam como frases completas algumas palavras soltas.

É provávelmente o caso de todos os papagaios sábios.

A *preocupação* com certas ideias é só por si suficiente para produzir erros de percepção. O dr. G. A., andando a preparar-se para um exame de história natural lê na porta envidraçada dum restaurante «Verbascum thapsus», nome latino duma planta cujo nome vulgar em francês é «Bouillon blanc», quando nessa porta apenas estava escrita a palavra «Bouillon» (VAISSIÈRE).

Outras circunstâncias diversas, de ordem física e moral, aparentemente insignificantes, podem ainda influir mais ou menos, conforme a natureza nervosa do indivíduo, sôbre a percepção.

Entre outras devemos apontar as noites mal dormidas que, criando um estado de exaurimento e fadiga nervosa, modificam e perturbam a atenção, fazem desviar as impressões dos nossos sentidos e a percepção psíquica, vindo depois a falsar a sua reprodução na memória e levando assim a erros e ilusões. Por forma análoga poderão actuar a ingestão de álcool mesmo em pequena quantidade, as más digestões, a fadiga, etc. (NÆCKE).

Na *memória* não guardamos, como geralmente se pensa, uma reprodução, uma cópia mais ou menos atenuada, mas fiel, da percepção original.

A recordação que guardamos das cousas é constituída de resíduos de imagens mais ou menos deformadas, mais ou menos indistinctas, obscuras, lacunares; restos de imagens visuais, imagens tácteis ou musculares mais ou menos vagas, palavras de que muitas vezes se esqueceu a accepção em que foram empregadas, resíduos difíceis de definir referentes sobretudo a noções de relação, designados por STERN com o nome de «resíduos abstractos» etc.

Mas o nosso espirito não se poderia contentar com estes resíduos lacunares; no momento da

evocação, para obter um todo coerente, agrupa em volta deles elementos de origens diversas sem relação directa, muitas vezes, com a percepção primitiva.

É dêste processo de organização que provêm a maioria dos erros (LARGUIER DES BANCELS).

Dos *traumatismos* em geral, e especialmente dos traumatismos cranianos, mesmo de aparência pouco grave, resultam freqüentemente perturbações de memória cujo conhecimento tem um grande interesse sob o ponto de vista do valor dos testemunhos porque, muitas vezes, o ferido é o único depoente sôbre o facto de que proveem as suas lesões.

Observa-se, com efeito, muitas vezes, nestes casos a perda da memória dos factos acontecidos durante um período mais ou menos extenso, antecedendo o traumatismo (amnésia retrógrada) ou dos factos acontecidos logo depois (amnésia anterógrada) ou duns e doutros simultâneamente (amnésia retro-anterógrada).

Das lacunas da memória que daqui proveem, os doentes nem sempre teem consciência, preenchendo-as por formas variadas.

Estão registados casos de individuos, vítimas de accidentes, que, não se lembrando das circun-

stâncias do facto, supõem os seus ferimentos resultantes de atentados de que teem chegado a denunciar o suposto autor (GROSS).

As perturbações de memória consecutivas aos traumatismos podem revestir formas complexas e interessantissimas, como no caso referido por HANS GROSS daquela mulher que, gravemente ferida enquanto dormia, sem poder precisar quem a tinha ferido, assinou no auto, em vez do seu nome Marta Bruner, o nome Marta Guttenberger. Resultou dêste facto levantarem-se suspeitas a respeito dum certo Guttenberger que o marido dessa mulher pusera fora de sua casa. Êste homem, preso, confessou o crime.

Sempre que, como neste caso, um facto brutal nos surpreende em pleno sono, fazendo-nos acordar da confusão que no nosso espirito se estabelece, podem resultar estranhas noções a respeito do que nos está acontecendo.

O dr. PAUL GASTOU, indo a dormir profundamente num comboio que, consecutivamente a um choque com outro, descarrilou em Montereau, sentindo bruscamente um ruído estranho, ao mesmo tempo que lhe pareceu ter sido projectado no espaço, teve «muito nítidamente, seguindo-as uma a uma, interpretando-as e raciocinando-as» uma série de impressões que o levaram a con-

vencer-se de que estando em sua casa, no segundo andar, sentindo tudo a desmoronar-se, descera rápidamente à «cave» calculando mentalmente o tempo que lhe restava para viver.

Perdeu os sentidos, voltando a si pouco depois, começou pensando na forma de sair da «cave» escura, onde, debaixo dos escombros da casa, se encontrava enterrado vivo.

Conseguindo libertar-se e olhando para donde acabava de sair, verificou com admiração que a «cave» era um «wagon» voltado e destruído...

Como se vê por esta interessante auto-observação, é necessário considerar com todas as reservas as narrações dos factos percebidos nestas circunstâncias.

Entre o momento em que se deu o facto sôbre que vai incidir um depoimento e a ocasião em que êste é recolhido pelas autoridades, medeia sempre um intervalo de tempo maior ou menor, de que seria interessante conhecer a influência sôbre as recordações da testemunha.

Como é sabido, as recordações vão-se, em geral, esbatendo com o tempo. Esta influência porém não é tão nefasta como poderia, à primeira vista, parecer.

É certo que, com o tempo, o depoimento perde em extensão. Mas, se a diminuição de extensão se fizer à custa dos elementos instáveis, mal fixados na memória, que dão facilmente lugar a erros de interpretação, a exactidão do depoimento pode crescer, pelo menos durante um certo tempo, até a um certo limite, para começar em seguida a diminuir à medida que se for esbatendo a recordação dos elementos capitais do caso.

Chegou a ocasião de depor. Sôbre o valor dum depoimento influe duma maneira decisiva a forma como é recolhido.

Com efeito, um depoimento pode ser constituído ou pela *narração* livremente feita pela testemunha, dos factos que julgou ver ou ouvir, ou pelas *respostas* dadas a uma série de perguntas, ou, finalmente, o que é mais vulgar, por uma e outra cousa.

No primeiro caso, o depoimento pode ser, embora raras vezes, exacto, mas é sempre incompleto; há detalhes que escapam, detalhes que esquecem.

No segundo, o depoimento é mais extenso. O interrogatório tem precisamente por fim chamar a atenção da testemunha para os pontos que ela,

na sua narração, não tenha tocado. Mas o número dos erros é muito maior.

A necessidade de insistir demoradamente em certas perguntas por forma a obter respostas precisas sôbre os pontos que mais especialmente interessem a justiça, obrigando a testemunha a pesquisar no mais fundo das suas recordações noções apagadas, mal apreendidas ou mal fixadas, constitue um perigoso exercício de *memória forçada*, cujo campo é muito mais vasto que o da memória espontânea, mas em que erros graves são, como BINET demonstrou, constantes.

E isto, é claro, na hipótese de que o magistrado pesa conscienciosamente as suas palavras antes de as pronunciar e esconde prudentemente a sua convicção por forma a evitar exercer a menor influência sugestiva.

Mais vasto ainda do que o da memória forçada é o campo da *memória de reconhecimento*, a que na prática judiciária tantas vezes se recorre. Enormes e gravíssimos são também os erros que se podem cometer.

CLAPARÈDE fez a êste respeito uma experiência, a que já nos referimos mas que convêm agora indicar com maior minúcia, transcrevendo um resumo que dela fez o autor: «Fiz entrar um dia na

sala da aula, enquanto dava lição, um indivíduo mascarado. Como o facto se passava no dia seguinte às festas da «Escalade» (velha festa de Génèbra celebrada por uma mascarada), ninguém suspeitou tratar-se duma partida preparada por mim. Êste indivíduo esteve 20 segundos na sala, depois mandei-o sair. Nos dias seguintes interroguei um certo número dos meus ouvintes sôbre os sinais dêste indivíduo e pedi-lhes para reconhecer a sua máscara que eu tinha colocado no meio de outras 10 máscaras. 4 vezes sómente em 22 depoentes a máscara em questão foi reconhecida; 8 vezes hesitaram entre ela e outras; 10 vezes foi indicada uma máscara inexacta».

São muito numerosos os casos registados de falsos reconhecimentos de indivíduos, tendo dado lugar a funestos erros judiciários. Há um clássico, popularizado pelo melodrama, o caso do «Courrier de Lyon», em que um homem inocente, chamado Lesurques, foi, por uma infeliz e extraordinária semelhança com outro, condenado à morte e executado em França no fim do século xviii.

A forma como em geral o reconhecimento se pratica nos tribunais é viciosa.

«Se os juízes tomassem a precaução de não colocar o acusado num lugar préviamente desig-

nado, e apresentassem à testemunha um certo número de pessoas entre as quais ela deveria reconhecer o presumido inculpado, expunham-se a ver, como no caso de M. G., proprietário em Dijon, acusado de ter assassinado uma criança, as testemunhas designar como sendo o inculpado o «avocat général» encarregado de seguir a questão» (GUILHERMET).

16/3/41 -

4. — **A sugestão e outras causas influindo  
nos depoimentos**

Já vimos como o intervalo de tempo que media entre o facto sôbre que um indivíduo vai depor e o depoimento actua sôbre as recordações da testemunha.

Mas a questão das modificações que, com o decorrer do tempo, os testemunhos podem sofrer é muito mais complexa.

A testemunha, durante êsse tempo, viveu a sua vida de todos os dias, sujeita à influênciã de causas perturbadoras variadas. Conversou com os vizinhos, com os amigos, com outras testemunhas do mesmo facto, ouviu-lhes as opiniões e os comentários, leu nos jornais o relato do acontecimento, etc.

Pouco a pouco no seu espírito foram entrando pontos de vista novós que pouco a pouco foi admitindo como sendo seus, alterando assim insensivelmente a sua narração primitiva, enrique-

cendo-a com detalhes novos, resultantes desta múltipla sugestão ambiente.

E mais tarde, ao depor, afirmará, com toda a segurança, como factos de sua observação, não só o que julgou ver ou ouvir, como o que por êste processo foi adquirindo.

Já, a propósito dos depoimentos das crianças, nos referimos largamente a esta questão.

Sob êste ponto de vista é sobretudo notável a influência da imprensa.

O caso Berchtold, em que VAN SCHRENCK-NOTZING interveio como perito, é a demonstração mais brilhante do poder sugestivo do jornal. «O pedreiro João Berchtold era acusado dum triplo assassinato. Sem provas suficientes, o tribunal condenou o acusado à pena de morte, comutada depois em prisão perpétua. Como depois da descoberta do crime a questão tinha ficado misteriosa, alguns jornais de Munich começaram um inquérito. Durante perto dum mês, todos os dias, nos jornais mais lidos apareceram artigos sôbre êste crime. . . . . Esta campanha de imprensa levou numerosas pessoas a apresentarem-se diante do tribunal como testemunhas, e a fazer, sob juramento, depoimentos apresentando as contradições mais impressionantes. . . . . O facto a notar,

para nós, é que se demonstrou pelos debates do processo que alguns depoimentos de testemunhas tinham sido inspirados pelos jornais..... Uma delas pretendia ter visto o acusado três vezes a seguir na manhã de sexta-feira e na vizinhança da casa do crime (em Karlstrasse) e tê-lo reconhecido imediatamente pela fotografia publicada nos jornais. Ora, nesta sexta-feira, e à mesma hora, êste homem figurava como testemunha num processo; não podia estar em dois sítios ao mesmo tempo.

«Seis outras testemunhas (todas proprietários de casas em Munich) afirmaram com juramento ter recebido a visita dum individuo suspeito que pretendia introduzir-se lhes em casa, com pretexto de reparações a fazer nas retretes. Só reconheceram Berchtold quando viram a sua fotografia publicada. Detalhe que tem sua importância: uma mulher que depunha afirmava ter visto ao acusado um fato que êle nunca tinha usado, mas que era justamente aquele que a imaginação dum desenhador lhe tinha emprestado» (VAN SCHRENCK-NOTZING).

Por outra forma ainda se pode exercer a influência sugestiva da imprensa.

Para satisfazer a necessidade de sensação do público, os jornalistas entrevistam, hoje em dia,

com frequência, as pessoas que se sabe irem depor como testemunhas em questões célebres. Compreendem-se bem, depois do que fica dito, as desastrosas conseqüências desta maneira de proceder. Tão desastrosas, que já se tem aventado a ideia de proibir aos jornalistas o entrevistar testemunhas.

Causas diversas, as que apontamos e outras que facilmente se concebem, vão assim progressivamente deformando mais ou menos a narração primitiva da testemunha.

Chegada a ocasião de depor, novas influências se vão exercer e contribuir mais poderosamente ainda para uma maior deformação.

A testemunha vai ser interrogada. E o interrogatório não se limita apenas, muitas vezes, a *forçar*, como já vimos, a memória da testemunha.

Há perguntas concebidas por tal forma que colocam o depoente na necessidade de optar por uma de duas hipóteses que lhe são apresentadas.

Há perguntas concebidas de maneira a levar implicitamente a testemunha a aceitar como verdadeiros certos factos.

Estas perguntas são, na frase de BINET, «*formidables machines à suggestion*».

E o efeito sugestivo da pergunta pode ainda ser aumentado pela intonação com que é dita, pelo gesto e pela mímica que a acompanhem.

Um depoimento constituído por uma narração livremente feita pela testemunha pode ser, embora raramente, como já se disse, exacto.

Um depoimento constituído pelas respostas dadas a uma série de perguntas contêm sempre uma forte percentagem de erros. Percentagem tanto mais notável quanto mais se tenha abusado das perguntas sugestivas.

É sobretudo quando se trata de crianças que a influência sugestiva, exercida pelo interrogatório do magistrado, pode ser, pelas razões que já mais atrás foram indicadas, manifesta.

O caso de Moritz Scharf, rapazito de 13 anos, de quem um juiz, com ideias preconcebidas e disposto a impô-las, conseguiu extorquir, não sabendo o rapazito de nada, as declarações que quis e que demonstravam a culpabilidade de seu próprio pai num pretendido assassinato de carácter religioso, acontecido em Tisza-Ezlar na Hungria, mostra bem a influência que, sobre o espírito dócil duma criança pode exercer um interrogatório mal dirigido, feito por um magistrado que paixões religiosas obsecavam (VALBERT).

Nos autos quási nunca se registam as perguntas tais como foram feitas. Registam-se apenas as respostas ou o que delas se conclue.

Só se pode, no entanto, apreciar o valor duma resposta quando se conhece a pergunta que a determinou.

A resposta faz com a pergunta um todo indivisível.

As declarações da testemunha, além disso, ríssimas vezes são registadas tais como foram feitas, palavra por palavra.

O magistrado pergunta, ouve e escreve, ou manda escrever, o que entendeu da resposta que lhe deram e não o que lhe responderam.

Daqui podem resultar alterações notáveis que fazem com que muito se afaste o depoimento feito pela testemunha do depoimento registado.

UNGAR cita o caso dum depoimento, feito por um idiota, registado nos autos sob a forma dum discurso lógico e bem ordenado, que o juiz foi ditando ao escrivão, à medida que ia compreendendo as declarações mais ou menos confusas da testemunha.

Mas, no gabinete do magistrado instrutor ou no tribunal, outras causas, algumas das quais po-

derão parecer insignificantes, contribuem ainda em maior ou menor grau para perturbar a testemunha.

A emoção, de que já vimos a influência nefasta sobre a percepção, pode também na ocasião do depoimento, pela sua acção perturbadora sobre as recordações, contribuir, deformando-as, para que as declarações da testemunha se afastem ainda mais da verdade.

A testemunha, ao depor, em geral não está à vontade. De antemão sabe que facilmente poderão duvidar da sua sinceridade, que poderão, acariando-a com outras pessoas, pôr a sua respeitabilidade em cheque. No tribunal é preciso suportar as ironias dos advogados, aturar interrogatórios tortuosamente feitos. Tudo isto dispõe mal.

Compreende-se bem que muitas pessoas ofereçam relutância em se sujeitarem a esta tortura e que, quando a isso forçadas, prefiram manter-se na atitude negativa daquele que nada sabe e nada viu, procurando, ao mesmo tempo, por todas as formas, abreviar tudo o que tenham a dizer e a fazer.

Outras circunstâncias podem ainda influir no humor dos depoentes e conseqüentemente nas suas declarações.

Essas circunstâncias são variadíssimas: uma viagem fatigante que a testemunha tenha que fazer para chegar ao tribunal, uma espera inervante numa ante-câmara, o calor da sala, o ar confinado, scenas penosas a que tenha de assistir, etc. Uma noite de insónia, uma digestão mal feita, uma pequena dose de álcool que a testemunha tomou para ganhar coragem, a dor resultante duma bota que aperta, dum forunculo que nasce ou duma pancada ocasional, etc., são outras tantas causas nocivas de perturbação.

Como é sabido na prática judiciária, a mesma testemunha depõe, em geral, mais do que uma vez sobre o mesmo caso. Alguns criminalistas julgam defeituosa esta maneira de proceder e afirmam que seria vantajoso reduzir o mais possível o número de depoimentos de cada indivíduo.

As investigações experimentais tem mostrado, com efeito, que os depoimentos chamados «secundários» se fundam não só na recordação do objecto mostrado no comêço da experiência mas ainda na dos depoimentos anteriores.

Ora o primeiro depoimento, «só pelo facto de

ser verbal, determina a deformação dos depoimentos subsequentes» (LARGUIER DES BANCELS).

Compreendem-se bem os erros variados que podem resultar da associação da recordação dos factos presenciados com a das palavras pronunciadas anteriormente de que se pode ter esquecido a acepção em que foram empregadas.

Nesta hipótese há portanto a considerar não só a influência do intervalo decorrido entre o facto e o depoimento considerado, mas ainda o número de depoimentos anteriores e a forma com que cada um foi orientado.

Esta questão é uma das mais complexas e das mais mal estudadas do vasto problema do valor psicológico da prova testemunhal.

Por outro lado, é claro que, durante o tempo que separa dois depoimentos, continuam actuando neste ou naquele sentido as mesmas causas que já vimos actuar antes do primeiro.

Desta série de circunstâncias podem resultar contradições mais ou menos notáveis entre os diversos depoimentos duma mesma testemunha.

E estas contradições não representam, fatalmente, como em geral se pensa, um propósito consciente de falsificar depoimentos.

Depoimentos contraditórios podem ser produzidos, na melhor boa fé, pela mesma testemunha com intervalos de tempo variáveis. Toda a gente sabe como na prática judiciária são estas contradições apreciadas.

## 5. — Conclusão

É possível que a sciência dos testemunhos, que está ainda na fase da aquisição dos factos, venha um dia a estabelecer regras práticas para a correcção objectiva dos depoimentos. Com quanto não tenha ainda conseguido êsse resultado e se limite por ora à apreciação do testemunho e da testemunha por forma a determinar as suas qualidades, as suas conclusões, embora essencialmente negativas e destrutoras permitiram já a OTTO LIPMANN apresentar um «projecto de reforma na maneira de colher os depoimentos judiciários», de alto valor prático e em que estão sintetizados um grande número de ensinamentos da psicologia experimental dos testemunhos.

Os depoimentos colhidos pela forma indicada nesse projecto, que em seguida se transcreve, teriam incontestavelmente um valor muito maior.

1.º *Na audição de testemunhas, deve evitar-se*

quanto possível fazer perguntas. Se se fizer alguma, será indicada no auto.

2.º Nunca se devem fazer perguntas de sugestão.

3.º A negligência nos falsos testemunhos não deve ser punível.

4.º Deve afastar-se tudo o que for produzido pela acção sugestiva da imprensa, sempre que se trate de apreciar o valor dum testemunho.

5.º Um reconhecimento só deve ser considerado valioso quando a testemunha reconheça o pretendido inculcado numa série de 10 pessoas, parecendo-se mais ou menos ou o seu retrato numa série de fotografias.

6.º Nunca nenhuma condenação deveria ser pronunciada, fundando-se em testemunhos de alienados, fracos de espirito ou crianças.

7.º As testemunhas, cujos depoimentos sejam decisivos e difiram em pontos essenciais dos das outras testemunhas, devem ser submetidas a um exame psicológico.

Deveria ainda juntar-se:

Nos autos devem vir reproduzidas, palavra por palavra, as declarações da testemunha, sem nenhuma alteração.

Se dos estudos sôbre o valor da prova testemunhal não podem deixar de derivar noções im-

portantes e utilíssimas para a investigação criminal, é necessário não esquecer que dêses estudos deve resultar também, como STERN prevê, uma consequência inesperada: quando estas noções se espalharem e as testemunhas tiverem consciência da incerteza da sua memória, tornar-se hão fatalmente septicar e não falarão mais do que em possibilidades, conjecturas, suposições.

A ciência dos testemunhos constitue uma parte importante duma ciência mais vasta em via de formação, que, ao lado da psicologia dos depoentes, estuda a das mais variadas entidades que mais ou menos directamente possam intervir nas questões judiciárias (magistrados, advogados, júri, peritos, etc.), ciência designada com os nomes de *Psicologia legal*, *Psicologia judiciária*, *Psicologia criminal*, *Sciência psico-judiciária*, etc.

De todos estes nomes preferimos o de *Psicologia judiciária*, que CLAPARÈDE define «a parte da psicologia aplicada ao direito que comprehende o estudo dos factos relativos à actividade judiciária», reservando o nome de *Psicologia criminal* à «sciência do criminoso e da criminalidade».

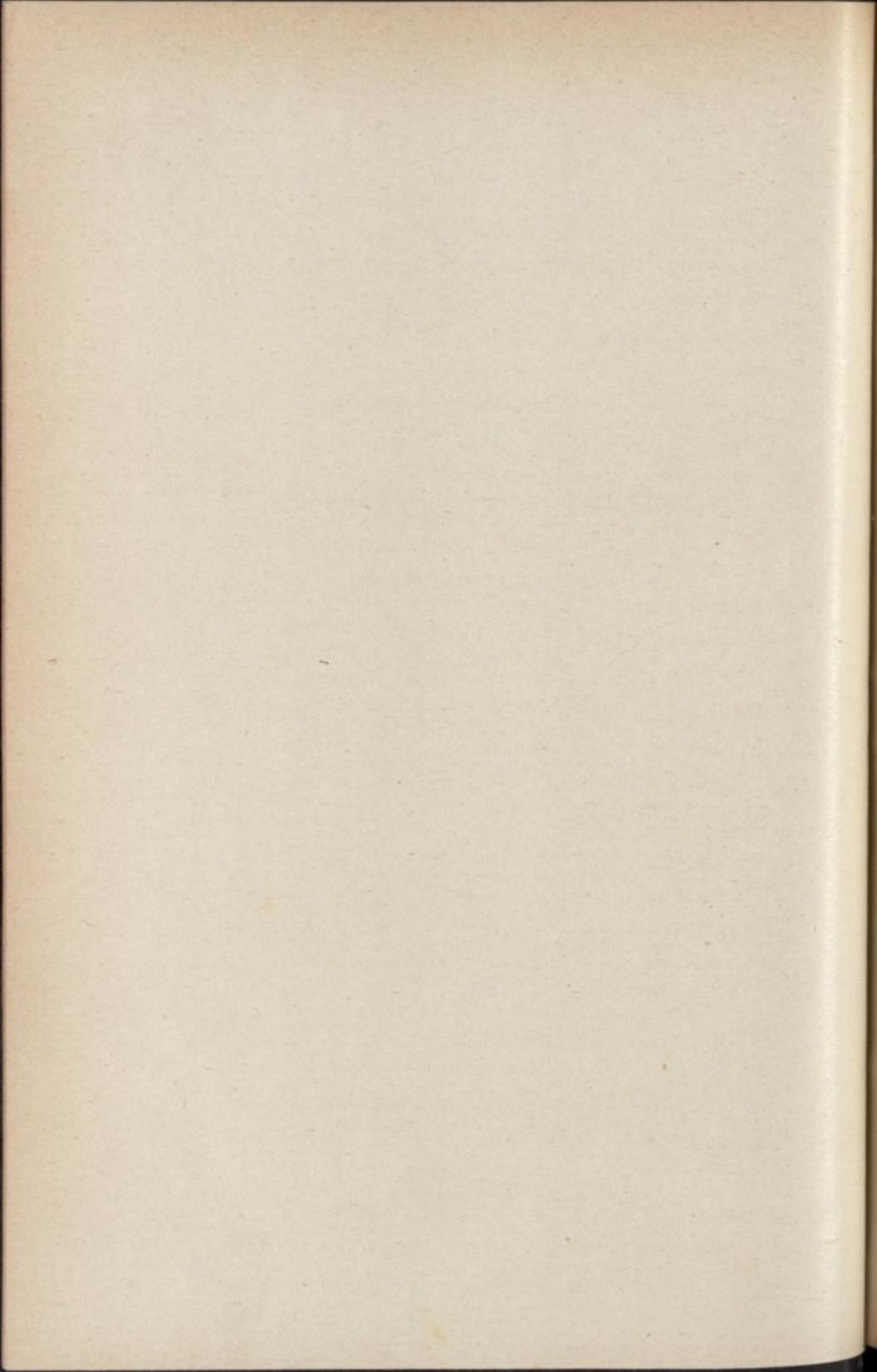
A reunião destas duas partes constituiria a *Psicologia legal*, «conjunto das aplicações da psicologia às questões jurídicas» (CLAPARÈDE). Definição análoga à de Medicina legal, de LACASSAGNE.

## II

### DEPOIMENTOS SUCESSIVOS

#### Investigação experimental

SUMÁRIO: — 1. As condições da experiência. — 2. A estatística dos resultados. — 3. Os resultados.



## 1. — As condições da experiência

Foi, como já disse, uma *representação cinematográfica* que serviu de «*test*» nas experiências que realizei e que vou agora relatar.

Já indiquei os motivos que me determinaram nessa escolha.

O «film» de que me servi representava um episódio banal tirado dum destes jornais de actualidades que a casa Gaumont fabrica.

Era uma destas curtas e singelas scenas destinadas a servir de «reclame» aos novos modelos de «*toilettes*» de certos costureiros parisienses.

As fotografuras que aqui se publicam dão uma ideia aproximada do pequeno episódio que se desenvolvia em cêrca de trinta metros de fita *colorida*.

As personagens, que no «ecran» apareciam em tamanho natural, executavam um certo número de actos simples e banais: levantavam-se, sentavam-se, mudavam de lugar, cumprimentavam-se, despediam-se... etc.

Não havia nada de confuso ou de tumultuoso; tudo isto era feito lenta e pausadamente.

O cenário era também dos mais simples; o



número de objectos em scena muito reduzido.

A fita estava muito bem conservada. O aparelho de projecção era magnífico.

Dêste conjunto de circunstâncias resultava poderem ser apreciadas distinta e claramente todas as passagens da scena.



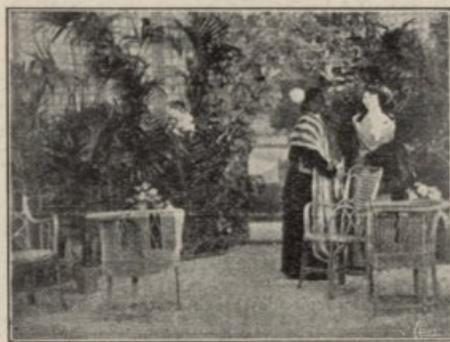
Para êste resultado contribuía também poderosamente o colorido variado da fita de que dou em seguida uma indicação sumária.

O homem vestia todo de negro, sobretudo, calças, botas, luvas e chapéu; a bengala, negra também, tinha um castão branco; a senhora que



o acompanhava trazia uma capa azul muito claro com desenhos negros, orlada de peles brancas, que a cobria toda, deixando só ver adiante um

pequeno triângulo verde escuro da saia, chapéu preto e branco com grande pluma branca, luvas altas até ao cotovelo, brancas também; outra se-



nhora, a segunda que aparece, vinha de cinzento esverdeado claro, gola preta, chapéu castanho muito escuro, estola, regalo e luvas pretas; a ter-

ceira senhora, a última, tinha um vestido todo negro com enfeites cinzentos, pequeno chapéu preto com «aigrette» branca, estola e regalo iguais às riscas largas brancas e pretas, trazia também uma pequena mala amarelo tostado bastante escuro, com fechos brancos; as cadeiras eram amarelas, as plantas do fundo verde escuro, à direita havia flores quási brancas; o vaso, à nossa esquerda, era côr de tijolo; o arco com trepadeiras ao fundo, verde claro; por trás de tudo viam-se umas vidraças largas de tom geral cinzento avermelhado; o solo era cinzento.

Esta scena, que durava dois minutos, prestava-se muito bem a ser perfeitamente observada e com facilidade retida na memória por forma a ser possível fazer dela, mais tarde, uma descrição exacta e detalhada.

Em experiências desta natureza é necessário fixar previamente o tempo durante o qual o «test» deverá estar exposto perante os olhos dos «sujets», tempo designado pelos psicólogos com os nomes de *duração da exposição* ou *tempo de apresentação*.

No nosso caso duma representação cinematográfica e noutros análogos, êste tempo está na-

turalmente indicado, é a duração do espectáculo. Não convêm, no entanto, que êste dure tanto que fatigue a atenção dos espectadores, nem tão pouco que não permita compreender a scena representada.

Os dois minutos da minha experiência não fatigavam evidentemente e eram, na opinião de todos os que assistiram, suficientes para fazer uma ideia perfeita do episódio projectado no «ecran».

Tratando-se porêm de estampas que, como já dissemos, tem sido o «test» mais frequentemente usado, a fixação do tempo de apresentação tem que ser feita um pouco arbitrariamente.

O mais seguro e mais simples é procurar, em ensaios prévios, fixar uma duração que pareça suficiente para apreciar em todas as suas minúcias a estampa «test». No entanto o tempo de apresentação adoptado pelos diferentes autores tem sido muito variável, oscilando entre 5 segundos e 7 minutos (LARGUIER DES BANCELS).

Seja qual for o tempo de apresentação escolhido, o essencial é que êle seja constante em todas as experiências duma determinada série, a não ser, é claro, que precisamente se pretenda estudar a influêcia que poderá exercer sôbre o

valor dum depoimento uma maior ou menor duração da exposição.

Esta possibilidade de poder averiguar como os depoimentos variam com alguns dos muitos factores que sôbre êles influem é, como já fiz notar, uma das maiores vantagens do método experimental.

Convêm recordar, nesta altura, que não são só estampas representando scenas mais ou menos complicadas, representações cinematográficas, representações teatrais, e scenas ensaiadas que se podem utilizar como «test» nestes estudos.

BINET, por exemplo, serviu-se duma série de objectos vulgares, colados num cartão: uma estampilha, um retrato, um botão, uma etiqueta, uma moeda e uma gravura cortada dum jornal ilustrado.

Outros (LOBSIEN, MINNEMANN) empregaram desenhos simplificados de objectos usuais, figuras geométricas, etc.

Locais conhecidos dos «sujets» tem sido utilizados também como objecto do testemunho em algumas experiências (CLAPARÉDE).

A avaliação das dimensões de objectos, de distâncias, da duração de certos fenómenos, também tem sido assunto de investigações experimentais.

Em certos casos ainda se tem recorrido à leitura em voz alta de trechos mais ou menos extensos, etc.

Os «*sujets*» das minhas experiências foram trinta indivíduos do sexo masculino, quasi todos estudantes dos últimos anos das faculdades de Medicina e de Ciências da Universidade de Coimbra; os outros eram médicos, recentemente diplomados.

Trata-se portanto dum grupo bastante homogêneo composto de indivíduos do mesmo sexo, proximamente da mesma idade e com idêntica cultura literária e científica.

É com séries homogêneas como esta que convêm operar sempre que se não procure, como eu não procurava, determinar a influência que sobre os depoimentos possa exercer a idade, o sexo, o grau de cultura ou a posição social dos depoentes, etc.

Os estudantes teem sido os «*sujets*» mais frequentemente empregados em experiências desta natureza. Compreende-se facilmente a razão dêste facto se se atender a que quasi sempre estas investigações teem sido feitas em meios universitários, onde os estudantes são fáceis de

encontrar, pelos observadores, em grande número.

É claro que tem sido feitas experiências com outras categorias de «sujets», crianças, mulheres, operários, etc., com o fim de determinar, como já disse, a influência da idade, do sexo, da profissão, etc.

O *intervalo de tempo* decorrido entre a apresentação do «test» e o depoimento, chamado por alguns autores, BORST por exemplo, *duração da conservação*, influe sempre mais ou menos sobre o valor dêste.

Nas minhas experiências êsse intervalo separando a sessão cinematográfica da colheita do depoimento era de cêrca de 14 horas. A fita era projectada à noite, pouco depois das 10 horas e meia, os depoimentos eram registados no outro dia cêrca do meio dia.

Os autores tem usado períodos muito variáveis; em algumas experiências, os depoimentos são colhidos imediatamente, noutras 12 ou 24 horas depois, uma semana, um mês, até cinco meses depois numa experiência de STERN.

Quando se deseje estudar a influência dêste factor, é necessário dispor os «sujets» às séries,

uma das quais, por exemplo, é ouvida no dia seguinte, outra só passados três, outra uma semana depois, etc.

Não foi neste sentido que orientei as minhas investigações e por isso ouvi todos os depoentes no dia imediato.

Para obter depoimentos são três os processos que tem sido empregados: o processo da *narração livre*, o processo do *interrogatório* e o processo *mixto*.

O primeiro processo tem a vantagem de evitar a acção de qualquer influência estranha que possa alterar as recordações da testemunha; mas, porque deixa o campo livre à fantasia do depoente e não permite, além disso, avaliar «se a omissão de qualquer detalhe é o resultado duma falta real de memória ou se provêm simplesmente de que a testemunha não pensou em mencioná-lo» (BORST), torna os depoimentos obtidos difficilmente comparáveis.

Estes inconvenientes atenuam-se quando se usa o processo do interrogatório, mas não tanto como poderia, à primeira vista, parecer. Os diversos indivíduos, com efeito, nem sempre respondem precisamente ao que se lhes pergunta;

ora respondem de mais, ora respondem de menos, outras vezes respondem com expressões indecisas, como «talvez», «é possível», «parece-me»... Embora o facto pareça extraordinario, o número de respostas é, por vezes, superior ao das perguntas.

O processo mixto consiste na combinação dos dois indicados até aqui. O «sujet» narra e seguidamente responde a um certo número de perguntas.

Esta combinação tem evidentemente a vantagem de se aproximar mais da forma como na prática judiciária se recolhem os depoimentos e permite além disso mostrar as relações que existem entre a reprodução espontânea e a reprodução provocada dum mesmo «test» feita pelo mesmo indivíduo (BORST).

Sempre que se interrogam várias pessoas, para que os resultados obtidos sejam comparáveis, é evidentemente necessário que as perguntas feitas a todos sejam as mesmas, a não ser que se pretenda averiguar como interrogatórios concebidos por várias maneiras podem influir nos depoimentos.

Seja como for, é preciso, préviamente, estabelecer um ou mais questionários, que podem ser

mais ou menos extensos, mais ou menos minuciosos, cujas perguntas podem ser precisas ou mais ou menos indeterminadas.

Neste último caso o questionário limita muito pouco a espontaneidade da testemunha. Os depoimentos obtidos por esta forma constituem uma transição entre as narrações livres e os que se obtêm com interrogatórios precisos e minuciosos, que são os que mais vezes teem sido empregados.

Além disso o questionário pode apenas destinar-se a forçar a memória dos «sujets» ou pode conter perguntas de sugestão.

A êste propósito convêm recordar que STERN imaginou uma escala de tipos de perguntas, disposta pela ordem crescente do seu poder suggestionante. Escala discutível, mas que julgo interessante transcrever.

São seis os tipos que STERN estabeleceu:

1.º *Pergunta determinativa*. Não exercendo propriamente nenhuma sugestão, exemplo, a seguinte pergunta feita a propósito duma estampa a côres onde existe, efectivamente, um cão: «Qual é a côr do cão?».

2.º *Pergunta disjuntiva (disjunção completa)*. Mais precisa que a precedente, oferecendo uma alternativa entre os dois termos da qual é necessário optar: «Havia um cão na estampa?».

3.º *Pergunta disjuntiva (disjunção incompleta)*. «O cão é castanho ou branco?». Por esta forma parece excluir-se a possibilidade de qualquer outra côr. Para responder que «é preto», por exemplo, é necessário já uma certa independência de espírito.

4.º *Pergunta expectativa*. Tipo muito empregado por BINET nos seus questionários de sugestão moderada. «Não há um gato na estampa?», por exemplo, referindo-nos a uma estampa onde não há gato nenhum.

5.º *Pergunta implicativa*. Pergunta de sugestão forte: «De que côr era o gato?». A pergunta é concebida de forma a não pôr em dúvida a existência do gato, levando assim o «sujet» a admiti-la implicitamente.

6.º *Pergunta consecutiva*. Podendo ter formas muito variadas. Destinada a completar o efeito sugestivo duma pergunta anterior.

Quando, usando o processo mixto, as narrações são seguidas dum interrogatório, alguns autores (STERN, LIPMANN, etc.) teem-se limitado a fazer só as perguntas do questionário referentes aos pontos que a testemunha não tenha espontâneamente indicado; outros, MARIE BORST, por exemplo, teem pelo contrário feito sempre o

questionário completo seja qual for a narração da testemunha.

Nas experiências que fiz, recolhi, no dia imediato ao da exibição do «test», como já disse, os depoimentos pela forma seguinte.

Dividi os «sujets» em três séries de dez cada uma, sorteando-os para que não pudesse haver qualquer selecção feita por mim.

Os individuos que compunham a *série I* foram apenas convidados a *narrar* livremente o que tinham visto.

Aos da *série II* depois de colhida a *narração* fiz as perguntas contidas no *questionário A*. Eram trinta perguntas dos tipos 1, 2 e 3 da escala de STERN.

Na *série III* recolhi também os depoimentos pelo processo mixto, empregando porêem outro questionário, o *questionário B*. Eram sessenta perguntas de todos os tipos da escala de STERN; trinta referiam-se aos mesmos pontos das do questionário A, mas a sua redacção era outra, ou mais precisa por forma a determinar uma maior «forçage» da memória ou mesmo de molde a exercer uma influência sugestiva; as restantes trinta, algumas das quais eram também de sugestão, destinavam-se a precisar melhor certas minúcias dos pontos tocados no outro questio-

nário ou referiam-se a pontos que neste questionário se não continham.

Terminada a narração, fiz sempre a cada um dos indivíduos que constituíam as séries II e III as perguntas que se referiam a factos que já tinham sido espontâneamente contados. Só deixei de fazer as que diziam respeito a objectos ou factos de que o «sujet» negava a existência ou declarava não ter percebido. Assim, se alguém me dizia que o homem não tinha bengala, não fazia a êste propósito pergunta alguma embora as houvesse no questionário; se me declaravam não saber se o homem tinha ou não bengala, não fazia também a respeito desta nenhuma pergunta, etc. Parece-me isto lógico e razoável.

Publico, em seguida, os dois questionários de que me servi.

#### Questionário A

1. Onde se passa a scena?
2. Quantas cadeiras se vêem?
3. Há um homem que vem acompanhado por uma senhora, não é verdade?
4. Como vinha êsse homem vestido?
5. Trazia luvas?
6. E bengala?
7. Tinha a cara rapada ou não?
8. E a senhora, que trazia vestido?
9. Tinha luvas brancas?
10. Que trazia na mão?

11. Como era o chapéu ?
12. Sentam-se os dois ?
13. O homem desloca a cadeira em que se senta ?
14. Como vinha vestida a segunda senhora que aparece ?
15. Trazia regalo ?
16. E estola de peles ?
17. De que côr era o chapéu ?
18. Á chegada desta senhora os dois que estavam sentados levantam-se ?
19. A senhora cumprimenta aos que já estavam ?
20. O homem tira o chapéu ?
21. Depois sentam-se todos ?
22. O homem muda de cadeira ?
23. De que côr é o vestido da terceira senhora que chegou ?
24. O chapéu era grande ou pequeno ?
25. Trazia estola de peles ?
26. E regalo ?
27. Quando ela chega levantam-se todos ?
28. Tornam depois a sentar-se todos ou fica alguê m de pé ?
29. Quem se retira primeiro ?
30. Por que lado saem as duas últimas pessoas que se retiram ?

### Questionário B

1. A scena passa-se ao ar livre ?
2. Vêem-se algumas vidraças ?
3. Há plantas com flores ?
4. As cadeiras que se vêem são todas iguais ?
5. O homem dá a direita ou a esquerda à senhora que o acompanha ?
6. Êsse homem vinha de sobretudo ?
7. Como era a gola ?
8. Que chapéu trazia ?
9. A bengala tinha castão ?
10. Como era ?
11. Trazia luvas amarelas ou cinzentas ?
12. E monóculo ?

13. Como era o bigode?
14. Tinha barbas?
15. De que côr era a capa que a senhora trazia?
16. Tinha peles?
17. Como eram as luvas?
18. Não trazia uma maleta na mão?
19. E «lorgnon»?
20. O chapéu era grande ou pequeno?
21. Tinha alguma pluma?
22. De que côr era?
23. As cadeiras em que se sentam eram iguais?
24. Qual dos dois se senta primeiro?
25. O homem indica com a bengala à senhora a cadeira em que se deve sentar?
26. O homem ao sentar-se aproxima ou afasta a sua cadeira da da senhora?
27. A segunda senhora que aparece trazia um vestido claro ou escuro?
28. De que feitio era?
29. A estola que trazia ao pescoço era grande ou pequena?
30. O regalo era da mesma côr da estola?
31. Como era o chapéu?
32. As plumas ficavam à direita ou à esquerda?
33. Trazia luvas?
34. E guarda-chuva?
35. À chegada desta senhora qual dos dois que estava sentado se levanta primeiro?
36. A senhora que chega aperta a mão à senhora que estava?
37. E ao homem?
38. Êste curva-se ou não ao cumprimentar?
39. E com que mão tira o chapéu?
40. As senhoras depois sentam-se?
41. Qual se senta primeiro?
42. Qual se senta na cadeira primitivamente ocupada pelo homem?
43. E o homem senta-se?
44. Em que cadeira?

45. O vestido da terceira senhora que chega é cinzento ou castanho?
46. E as luvas?
47. E o chapéu era grande?
48. Tinha algum penacho?
49. Esta senhora não trazia um guarda-chuva?
50. E uma pequena maleta?
51. A estola e o regalo eram iguais?
52. Como eram?
53. Á chegada desta senhora por que ordem se levantam as pessoas que estavam?
54. Esta senhora aperta a mão a todos os presentes?
55. A primeira senhora torna depois a sentar-se na cadeira em que estava?
56. E o homem?
57. O homem pouco antes de sair com a senhora que o acompanhava, vê as horas?
58. Ao despedir-se aperta a mão às outras duas senhoras?
59. Depois de sair o homem e a senhora, as outras duas senhoras tornam-se assentar?
60. E ao retirarem-se, saem por onde tinha saído o homem e a senhora que o acompanhava?

Como na prática judiciária as testemunhas, como já fizemos notar, depõem em geral mais do que uma vez sôbre o mesmo caso, alguns autores não se limitaram, nas suas experiências, a colher os *depoimentos primários*. Passados intervalos de tempo variáveis sôbre êste depoimento, registaram de nôvo as declarações do «sujet» sôbre o mesmo «test».

Assim se pode obter para cada indivíduo um ou mais *depoimentos secundários*. Compreende-se bem que estes possam ser obtidos nas mais variadas condições.

Assim, por exemplo, STERN nas suas primeiras experiências, em que empregou 3 estampas, depois de obter de cada uma delas narrações primárias imediatas, recolheu mais, da primeira, narrações secundárias, 5, 14, 21 dias e 5 meses depois, da segunda, 14 e 21 dias depois e, da última, só 21 depois, conseguindo por esta forma grande quantidade de depoimentos que pôde estudar e comparar.

LOBSIEN limitou-se a comparar os depoimentos que obtinha sucessivamente com os mesmos indivíduos 30 segundos, e 1, 2, 3, 7, 15, 24 e 32 dias depois da exibição do «test», etc.

Fazendo interrogatórios que não foram feitos nas experiências que citei, sempre os mesmos ou variados, ou fazendo-os umas vezes e outras não, podem, é claro, conseguir-se uma infinidade de combinações, capazes de pôr em evidência aspectos muito diversos desta complicada questão da influência dos depoimentos sucessivos uns sobre os outros, que é, como já disse, uma das mais complicadas e menos bem conhecidas do pró-

blema do valor psicológico da prova testemunhal.

Nas minhas experiências recolhi também depoimentos secundários, um de cada indivíduo e sempre 4 dias depois do primeiro, ou seja 5 dias depois da representação cinematográfica que servia de «test».

Estes depoimentos eram apenas constituídos por uma narração livre; desta vez não fiz a nenhum «sujet», tanto da série I como das séries II e III, pergunta alguma.

Nestas experiências o que procurei investigar não foi a influência do tempo, maior ou menor, que separa os depoimentos uns dos outros, ou a influência do número de depoimentos anteriores, mas as modificações que as qualidades das narrações secundárias sofriam pelo facto de consecutivamente às primárias ter sido feito um interrogatório extenso e com perguntas de sugestão, ou um interrogatório mais curto e não sugestivo, ou pelo facto de não ter sido feito interrogatório algum; investigação feita pelo estudo comparativo das narrações secundárias das três séries, umas com as outras e com as narrações primárias correspondentes.

Acessóriamente fiz também o estudo geral dos

depoimentos, segundo as normas estabelecidas por STERN e pelos seus continuadores.

Registados os depoimentos imediatamente depois, alguns autores, em certas experiências, teem pedido aos «sujets» para sublinhar neles as partes de que teem a certeza absoluta, que seriam capazes de garantir, jurando.

Êste modo de proceder, empregado por STERN logo nas suas primitivas investigações e depois frequentemente usado, permite fazer a avaliação da garantia que o juramento dá às declarações das testemunhas.

Não fiz, nas experiências a que procedi, investigações nesse sentido.

## 2. — A estatística dos resultados

Obtidos depoimentos pela forma que fica esboçada, para conseguir resultados verdadeiramente significativos que nos possam demonstrar a influência que sôbre êles exercem os factores mais variados, não basta compará-los grosseiramente e verificar que uns são mais minuciosos, mais extensos ou mais cheios de erros do que outros.

É preciso levar mais longe essa comparação, e para isso tem-se procurado exprimir numericamente as diversas *qualidades* dos depoimentos experimentais, por forma a tornar possível a aplicação dos métodos estatísticos a esta ordem de investigações.

Para conseguir êste resultado, é necessário executar um certo número de operações delicadas, cheias de dificuldades de ordem prática e sempre mais ou menos arbitrárias.

Os números que por esta forma se obteem são incontestavelmente grosseiros, pela falta de ma-

leabilidade dos processos de avaliação de que os experimentadores dispõem.

No entanto os processos usados adaptam-se perfeitamente ao objecto destas investigações e tem permitido obter resultados verdadeiramente notáveis e expressivos, apesar da sua notória imperfeição (LARGUIER DES BANCELS).

Começa-se por fazer a *dissociação* do «test» nos diversos elementos que contêm, de modo a estabelecer uma lista tão completa quanto possível que possa servir de termo de comparação comum para todos os depoimentos obtidos.

Quando se trata duma estampa, esta operação inicial é já delicadíssima; tratando-se, como no nosso caso, duma representação cinematográfica, as dificuldades são ainda maiores.

Esta dissociação é sempre necessariamente mais ou menos arbitrária, mais ou menos artificial. Não se pode, com efeito, para esta contagem, estabelecer regras práticas, precisas e seguras. O bom senso é que, sobretudo, nos deve guiar nesta operação.

Assim, por exemplo, no «film» que fiz projectar para as minhas experiências, estavam representadas, ao fundo, uma série de vidraças iguais. Eu

podia fazer duas contagens diferentes ou contar individualmente cada uma das vidraças ou considerar o seu conjunto como um só elemento. Foi dêsta última forma que procedi, considerando sempre como MARIE BORST «como *um só* elemento muitos objectos formando um grupo natural cuja multiplicidade interna é, nas circunstâncias usuais, sem interesse para o espectador».

Poderia, no entanto, proceder por outra forma sem que daí resultassem graves inconvenientes, porque, como o que se pretende é comparar depoimentos uns com os outros, comparando-os todos com a lista proveniente da dissociação do «test» nos seus elementos, é evidente que os inconvenientes, que resultam de ser artificial e arbitrário êste termo constante de comparação, são na realidade mínimos.

Há vantagem em levar esta dissociação tão longe quanto possível, tendo a experiência demonstrado que as listas mais extensas e mais completas simplificam todas as operações ulteriores, em vez de as complicar, como poderia talvez parecer.

Para dar uma ideia da maneira como fiz a dissociação do meu «test» nos seus elementos, publico em seguida um fragmento da lista que estabeleci.

- 1 — Jardim de inverno,
- 2 — com vidraças
- 3 — largas,
- 4 — de côr geral cinzento-rosado,
- 5 — formadas por pequenos vidros.
- 6 — Palmeiras
- 7 — e outras plantas
- 8 — de côr verde escura
- 9 — nascendo do solo,
- 10 — com flores
- 11 — brancas
- 12 — á direita,
- 13 — formando dois grupos
- 14 — limitados por pequenos arcos
- 15 — também verdes,
- 16 — sendo maior o grupo da esquerda.
- 17 — Grupos separados por um intervalo,
- 18 — servindo de passagem
- 19 — com um degrau,
- 20 — e tendo um arco
- 21 — formado de finas ripas,
- 22 — revestido de trepadeiras;
- 23 — arco e trepadeiras, verde claro
- 24 — Solo cinzento.
- 25 — Á esquerda
- 26 — adiante das palmeiras
- 27 — há um vaso
- 28 — côr de tijolo
- 29 — com uma planta.
- 30 — Mais à frente
- 31 — 4
- 32 — cadeiras
- 33 — de verga,
- 34 — amarelas,
- 35 — duas iguais
- 36 — com as costas à altura dos braços
- 37 — as outras também de braços

- 38 — mas com as costas mais altas,  
39 — com a mesma forma geral  
40 — mas diferentes no encosto.  
41 — As cadeiras estão dispostas pela seguinte ordem a partir da direita: 1.<sup>a</sup>, uma de costas baixas  
42 — 2.<sup>a</sup>, uma de costas altas  
43 — 3.<sup>a</sup>, outra igual à 1.<sup>a</sup>  
44 — 4.<sup>a</sup>, a restante  
45 — de que se vê pouco mais de metade.  
46 — Ao principiar a scena, estão no jardim  
47 — um homem  
48 — e uma senhora.  
49 — Êle de cara rapada  
50 — cabelo preto  
51 — apartado ao meio  
52 — chapéu alto  
53 — posto na cabeça,  
54 — sobretudo  
55 — preto  
56 — com gola redonda  
57 — de astrakan  
58 — também preta,  
59 — calças pretas,  
60 — botas pretas,  
61 — luvas  
62 — cinzento muito escuro  
63 — colarinho de bicos  
64 — gravata escura  
65 — bengala preta,  
66 — curva  
67 — com castão  
68 — metálico,  
69 — branco.  
70 — O homem traz o sobretudo abotoado.  
71 — Ela de capa  
72 — azul clara  
73 — com desenhos

- 74 — pretos  
 75 — e orlada  
 76 — de arminhos,  
 77 — que a envolve completamente  
 78 — vendo-se apenas uma pequena porção da saia  
 79 — verde muito escuro.  
 80 — Traz um chapéu grande  
 81 — preto,  
 82 — com as abas brancas  
 83 — por cima,  
 84 — e com: uma pluma  
 85 — branca  
 86 — muito grande.  
 87 — Sapatos pretos.  
 88 — Lorgnon  
 89 — preso por um cordão.  
 90 — A senhora vem à esquerda do homem,  
 91 — o homem traz a bengala na mão direita.  
 92 — Dirigem-se para as duas cadeiras  
 93 — da nossa direita,  
 94 — dão alguns passos  
 95 — param,  
 96 — o homem então volta-se sôbre a esquerda  
 97 — ficando de perfil  
 98 — e depois a três quartos,  
 99 — a dama volta-se sôbre a sua direita  
 100 — ficando quási de perfil.  
 101 — O homem indica com a bengala  
 102 — a primeira cadeira da nossa direita  
 103 — onde a dama se senta,  
 104 — o homem senta-se também  
 105 — junto à dama  
 106 — na cadeira 2.<sup>a</sup>  
 107 — A dama é quem se senta primeiro.  
 .....  
 .....  
 .....

e assim por diante até ao n.º 502, tantos são os elementos em que dissociei o «test».

Nas listas como esta vão evidentemente incluídos elementos de natureza muito diversa e importância muito desigual, uns fundamentais, outros evidentemente secundários.

Os erros cometidos pelos depoentes não têm todos, conforme os elementos a que se referem, a mesma gravidade.

A impossibilidade de avaliar correctamente a importância relativa dos diversos elementos, por forma a estabelecer para cada um, como BINET STERN, LIPMANN e outros pretenderam, um coeficiente com que nas estatísticas se entrasse em linha de conta, levou os autores a recorrer, para poder operar em condições de maior rigor, à consideração de *grupos de elementos homogéneos*.

Êstes grupos obtem-se repartindo os elementos do «test» por um certo número de categorias distintas, constituídas pelos dados sensivelmente equivalentes.

Esta distribuição em grupos é também evidentemente arbitrária, pois o agrupamento pode ser feito, para um determinado «test», por for-

mas muito diversas, seguindo critérios muito variados.

Os 502 elementos em que dissociei o «test» foram por mim distribuídos em três grupos pela forma seguinte:

1.º <i>Personagens</i> (signalement, vistuário, etc.).....	232
2.º <i>Acções e posições</i> (actos executados pelas personagens, suas posições relativas, etc.).....	184
3.º <i>Objectos e scenário</i> (as cadeiras, as plantas, as vidraças etc.).....	86
	502

Em geral, os autores teem considerado um maior número de categorias de elementos. STERN por exemplo, repartiu duma vez os elementos duma estampa nos sete grupos seguintes: *objectos, personagens, acções das personagens, relações no espaço, qualidades diversas, côres, dados numéricos*.

A minha distribuição, muito mais simples, parece-me mais prática e menos artificial.

Por êste processo póde obter-se, para exprimir as qualidades dum depoimento, uma série de números referentes a cada um dos grupos considerados.

Os resultados que assim se conseguem pela comparação dos diversos números parciais são muito mais seguros do que os que se poderiam obter fazendo intervir os coeficientes grosseiros a que já nos referimos.

Quando por qualquer circunstância se pretenda fazer uma apreciação global dum depoimento, será preferível considerar então todos os elementos como equivalentes.

«Esta convenção é, em resumo, a menos arbitrária de todas as que se teem imaginado; tem sido adoptada pela maior parte dos experimentadores e pelo próprio STERN nas suas últimas experiências» (LARGUIER DES BANCELIS).

Os erros contidos nos depoimentos podem ser de várias naturezas.

Pondo de parte as *omissões*, isto é, a falta de indicação dum determinado objecto, os erros dos depoimentos podem ser, segundo STERN:

*Transformações* — um chapéu alto é descrito como sendo de coco, uma cadeira como sendo uma mesa, etc.

*Negações* — negação explicita dèste ou daquele elemento e não um simples esquecimento (omissão).

*Adições* — descrição de objectos que não existem no «test».

MARIE BORST junta ainda uma nova categoria de erros — as *transposições*, em que as respostas tomadas isoladamente são exactas, mas estão transpostas, deslocadas, dizendo que «êste caso não tem sido encontrado senão para as côres»;

MARIE BORST serviu-se de estampas como «test», ora eu, servindo-me do cinematógrafo, observei, com bastante freqüência, transposições referentes a actos. Por exemplo, um «sujet» diz-me que o homem que figura na fita tira o chapéu, o que é exacto, mas localiza erradamente êste acto na série de actos que vai descrevendo, declarando que êste facto se passa antes de outro que é na realidade anterior.

Para a expressão numérica das qualidades dum depoimento, começa-se em geral por calcular a *extensão*.

Intendendo-se por *extensão*, quando se trata de *narrações*, o *número absoluto de dados positivos, verdadeiros ou falsos*, contidos no depoimento e, quando se tenha feito *interrogatório*, o *número de respostas positivas dadas, calculado em percentagens relativamente ao número de perguntas feitas*,

isto é, supondo que se fizeram 30 perguntas, às quais foram dadas 18 respostas exactas, 8 respostas falsas e 4 indeterminadas, a extensão (E) será dada pela fórmula

$$\frac{E}{100} = \frac{18 + 8}{18 + 8 + 4}$$

ou seja

$$E = \frac{(18 + 8) 100}{18 + 8 + 4}$$

Uma qualidade que se costuma também sempre determinar é a *fidelidade, relação dos dados exactos (e) contidos no depoimento para os dados positivos (p), calculada em percentagens*, quer se trate de *narrações* ou de *interrogatórios*.

Designando a fidelidade por F, será

$$F = \frac{100 \cdot e}{p}$$

Na hipótese do interrogatório figurado anteriormente teremos

$$F = \frac{100 \times 18}{18 + 8}$$

Quando se tenha feito o agrupamento dos elementos homogêneos, podem calcular-se, é claro,

ao lado da extensão e da fidelidade totais, a extensão e a fidelidade por grupos.

Pelos mesmos processos de cálculo podem ser postos em evidência muitos outros aspectos dos depoimentos.

Assim, por exemplo, BORST e CLAPARÈDE, considerando a questão da *certeza* (certitude) subjectiva da testemunha ou objectiva do depoimento, indicaram as seguintes determinações que sob este ponto de vista se podem fazer.

A *segurança* (assurance), relação dos dados certificados, isto é fornecidos sem restrição, para os dados positivos.

A *segurança justificada* (assurance justifiée), relação dos dados exactos fornecidos sem restrição para os dados positivos.

A *exactidão certificada* (justesse certifiée), relação dos dados exactos certificados para os dados positivos.

E a *fidelidade da certeza* (fidélité de la certitude), relação dos dados certificados exactos para o total dos dados certificados.

Como não fiz investigações neste sentido, não insisto nesta questão e o mesmo farei, e por igual motivo, a propósito dos dados garantidos pelo

juramento das testemunhas, que permitiram definir aos mesmos autores a *tendência para o juramento* (tendance au serment), relação dos dados jurados totais para os dados positivos; a *tendência para o juramento verídico* (tendance au serment véridique), relação dos dados jurados exactos para os dados positivos; a *tendência para o falso testemunho* (tendance au faux-temoignage), relação dos dados jurados falsos para os dados positivos totais; a *fidelidade do juramento* (fidélité du serment), relação das respostas juradas exactas para os dados jurados totais, e a *infidelidade do juramento* (infidélité du serment), relação das respostas juradas falsas para as respostas totais.

### 3. — Os resultados

Indicado o fim que especialmente tinha em vista nas minhas investigações e conhecidas as condições em que operei, passo a expor o que consegui nas experiências que fiz.

Os primeiros resultados estão reunidos nos quadros I, II e III, referentes a cada uma das três séries que indiquei.

Em cada um dêstes quadros encontram-se registadas a extensão e a fidelidade, consideradas em bloco, das narrações primárias e secundárias de cada um dos «sujets».

Os números registados prestam-se a comparações diversas, conforme o ponto de vista por que sucessivamente se forem encarando.

Assim, se considerarmos em primeiro lugar a extensão das 30 narrações primárias, vê-se que

ela é extremamente variável, oscilando entre 14 e 70.

Se dispusermos os números que representam as extensões das narrações primárias pela ordem crescente do seu valor e escrevermos adiante os números que traduzem as fidelidades dos mesmos depoimentos, vê-se (quadro IV) que estes números ficam muito irregularmente dispostos; a extensões iguais ou próximas correspondem fidelidades muito diferentes; fidelidades muito próximas encontram-se muito afastadas na tabela.

Êste resultado está de acôrdo com as observações de outros autores, tendentes todas em geral a demonstrar que não há relação directa entre as diversas qualidades dum mesmo depoimento, neste caso particular, entre a extensão e a fidelidade.

A fidelidade representa evidentemente a percentagem dos dados exactos contidos num depoimento. Do número que a exprime póde deduzir-se fácilmente o que representa a percentagem dos erros do mesmo depoimento.

São os números que vão indicados na 3.<sup>a</sup> columna do quadro IV.

Calculando a média da percentagem dos erros nas trinta narrações primárias, encontra-se 18,01,

número muito superior aos 10% obtidos por STERN.

A explicação dêste notável aumento da percentagem dos erros não se pode, a meu ver, atribuir senão a uma de duas causas ou a ambas simultaneamente. Esta diferença deve provir ou do facto de serem portugueses os «sujets» e não alemães como os das experiências de STERN, ou do facto de se ter utilizado como «test» uma representação cinematográfica e não uma estampa, ou então da conjunção dêstes dois factos.

É lógico efectivamente supor que as qualidades dos depoimentos variem com a raça dos depoentes. Esta influência não tem sido, que eu saiba, considerada pelos experimentadores. No entanto investigações neste sentido seriam não só interessantes mas mesmo absolutamente indispensáveis, se, porventura, um dia se pretendesse aplicar a «sujets» portugueses, por exemplo, regras que, para a correção objectiva dos depoimentos, se tivesse conseguido deduzir de investigações feitas com indivíduos de outros países.

As narrações primárias das três séries, tendo sido obtidas nas mesmas condições, puderam evidentemente ser conjuntamente estudadas.

O mesmo não acontece, porém, já com as narrações secundárias, porque, como está dito, aos «sujets» da série I não foi feito, consecutivamente à sua narração primária, interrogatório algum, e pelo contrário os «sujets» das séries II e III responderam então respectivamente aos questionários A e B.

Não tendo sido, portanto, estas narrações colhidas nas mesmas circunstâncias, é preciso estudá-las separadamente e, para pôr em evidência o aspecto da questão que particularmente considere, compará-las depois umas com as outras.

Pondo em confronto, como se fez para as narrações primárias, as extensões e fidelidades respectivas dos segundos depoimentos, vê-se que não há da mesma forma relação simples entre a extensão e a fidelidade de cada depoimento (quadro V).

Se passarmos agora a comparar as narrações secundárias com as narrações primárias correspondentes, e considerando em primeiro lugar a extensão, vê-se que na série I a extensão das narrações secundárias é, em geral, um pouco superior à das primárias. Como pode verificar-se no quadro VI, a extensão diminuiu em 3 casos

(depoimentos n.<sup>os</sup> 4, 5 e 10), aumentou nos restantes 7, sem que êsse aumento, no entanto, excedesse em valor absoluto 5.

Na série II a extensão só num caso diminuiu (depoimento n.<sup>o</sup> 13), nos outros cresceu sempre, atingindo êste aumento, em mais de metade dos casos, valores superiores aos observados na série I.

Na série III a extensão aumentou sempre; o menor aumento observado é já superior ao maior da série I, e quasi todos os aumentos registados são superiores ao maior observado na série II.

Êste mesmo facto se pode tornar aparente comparando as extensões médias das narrações primárias e secundárias das três séries.

Para tornar, porêem, esta diferença mais patente, podemos supor a extensão média das narrações primárias das três séries constante e igual a 100 e calcular a extensão média das narrações secundárias correspondentes.

Os resultados que assim se obtinham vão indicados no quadro VII.

Por qualquer destas formas se torna bem patente a influência que sôbre a extensão da narração livre secundária exerce o modo como foi colhido o primeiro depoimento.

Assim, na série I, em que consecutivamente à

narração primária não foi feito interrogatório, a extensão pouco cresceu. Na série II o interrogatório pouco extenso, feito depois da narração primária, fez crescer por forma apreciável a extensão da secundária; êste aumento é então sobretudo notável na série III em que o interrogatório era mais extenso.

A forma de orientar o primeiro depoimento influe também na fidelidade da narração secundária, como se pode vêr no quadro VIII, onde vão indicadas as diferenças entre a fidelidade das narrações secundárias e a das primárias correspondentes.

Como se vê, a fidelidade das narrações secundárias é, em geral, mais pequena do que a das narrações primárias dos mesmos «sujets». Tem sido observado quási sempre êste abaixamento de fidelidade dos depoimentos secundários.

Em todo o caso na série I a fidelidade das segundas narrações foi em três casos (depoimentos n.ºs 3, 4 e 5) superior à da narração primária, nos restantes sete diminuiu, sendo 6 o valor da diminuição mais elevada que se registou.

Na série II houve diminuição em oito casos e diminuição de valor mais elevado do que na sé-

rie I; nos dois casos (depoimentos n.<sup>os</sup> 15 e 18) em que houve aumento, êste aumento foi relativamente pequeno.

É na série III que se observam maiores diminuições da fidelidade, que só num caso aumentou (depoimento n.<sup>o</sup> 22).

A fidelidade portanto variou, considerando as séries em conjunto, na razão inversa da extensão, diminuiu um pouco na série I, mais na série II, e então notavelmente na série III, como mostra claramente o quadro IX, em que se registaram, como se fez para a extensão, as fidelidades médias das narrações secundárias calculadas supondo a das primárias constantes e iguala 100.

Esta variação inversa de extensão e de fidelidade tem sido registada, muitas vezes, em experiências feitas nas mais variadas condições.

Mas se, em vez de considerar as séries em conjunto, se compararem isoladamente a primeira e a segunda narração de cada «sujet», nota-se que as variações de extensão e de fidelidade são mais ou menos independentes. Quer dizer que não é nos casos em que houve maior aumento de extensão que se observa uma maior diminuição de fidelidade e vice-versa, havendo casos em

que a extensão e a fidelidade simultâneamente aumentaram ou diminuíram. É o que se vê no quadro X, em que para cada série se escreveu adiante dos números que representam as variações da extensão, dispostos por ordem crescente, os números que traduzem as variações da fidelidade.

Embora até aqui tenha sido considerada a influência exercida sôbre as narrações secundárias pelos interrogatórios feitos consecutivamente às narrações primárias das séries II e III, ainda não foram estudados especialmente os resultados imediatos dêsses interrogatórios.

É o que passo a fazer apresentando dois quadros (XI e XII) onde estão inscritas a extensão e a fidelidade da parte dos depoimentos primários das séries II e III que é constituída pelas respostas dadas respectivamente às 30 perguntas do questionário A e às 60 do questionário B.

Sendo a extensão, quando se trata de interrogatórios, representada pela percentagem das respostas positivas, exactas ou não, calculada em relação ao número total de perguntas feitas, é claro que os números que traduzem esta qualidade em

depoimentos obtidos com questionários contendo números diferentes de perguntas não são comparáveis. Como não são também comparáveis os números que representam as extensões dos interrogatórios com os que representam as das narrações livres.

Se registei a extensão dos interrogatórios, foi só para, mais uma vez, mostrar a independência manifesta destas duas qualidades dos depoimentos, a extensão e a fidelidade.

O modo de calcular a fidelidade torna os números que a exprimem mais facilmente comparáveis.

Assim se vê claramente, pelo exame dos quadros XI e XII, que, como era de esperar, a fidelidade é menor na série III em que as perguntas eram em maior número, mais precisas e algumas concebidas por forma a provocar sugestões.

O modo de interrogar influe duma maneira decisiva no valor das declarações feitas pelas testemunhas.

Comparando as fidelidades médias dos interrogatórios com as das narrações livres primárias,

nota-se também que estas são mais fieis, contem menor percentagem de erros que os interrogatórios que as seguiram. Resultado geral a que teem chegado todos os observadores.

É digno de registo o facto das narrações secundárias serem também mais fieis do que os interrogatórios que as antecederam. Na memória do «sujet» forçada pelo interrogatório não se fixaram definitivamente certos dados, mais incertamente apreendidos, a que o questionário se referia.

Facto análogo aconteceu com as sugestões provocadas pelo questionário B; nem todas as que se conseguiram imediatamente pelo interrogatório se mantiveram na narração livre subsequente.

É interessante porêem notar que também aconteceu algumas vezes, mas poucas, que sugestões não conseguidas imediatamente vieram a ser positivas na narração secundária. Assim, por exemplo, um «sujet» que à pergunta 13 do questionário B «*Como era o bigode?*», pergunta de sugestão, porque o homem não tinha bigode, respondeu que «não tinha bigode», atribuiu ao homem na sua narração secundária um bigode à «americana».

O mesmo resultado obtive também, uma vez,

com outro «sujet», a respeito também do bigode, com a pergunta 7 do questionário A, que evidentemente não era de molde a provocar sugestões.

Até aqui teem sido considerados como equivalentes todos os elementos contidos nos diversos depoimentos, tanto nas narrações como nos interrogatórios; os números que teem sido comparados referiam-se portanto à extensão e à fidelidade do conjunto.

Como o «test» foi dissociado em 502 elementos distribuídos por três categorias: personagens, acções e posições, objectos, contendo cada uma respectivamente 232, 184 e 86 elementos, ou seja 46,2 %, 36,6 % e 17,1 % do número total de elementos, seria evidentemente interessante investigar como estas diversas categorias estão representadas nos vários depoimentos.

Começando pelas 30 narrações primárias, indico no quadro XIII as percentagens dos elementos de cada uma das categorias calculada em relação à extensão absoluta de cada depoimento.

O exame do quadro mostra que nas narrações primárias se encontram sobretudo indicações re-

ferentes aos actos executados pelas personagens e às suas posições relativas; o «signalement» é muito menos minuciosamente indicado; o pequeno número de informações referentes a objectos não é de estranhar, por êles serem realmente poucos.

Como se vê, foi ao que poderemos chamar o esquema da acção que as testemunhas mais atenderam e mais facilmente fixaram.

Para êste estudo dos testemunhos divididos em categorias de elementos ficar completo, é necessário atender ainda à fidelidade relativa das informações fornecidas pela testemunha a respeito de cada uma delas.

As fidelidades parciais das narrações primárias estão reunidas no quadro XIV.

É na categoria das acções que a fidelidade é maior. Os «sujets» portanto, não só forneceram nas suas narrações primárias uma percentagem maior de informações referentes a esta categoria, mas essas informações, além disso, são as mais exactas de todas.

Os erros são mais numerosos na categoria das personagens. A percentagem da categoria objectos é pouco significativa devido ao pe-

queno número de dados a êste respeito contidos nas narrações.

O estudo das narrações secundárias sob êste mesmo ponto de vista leva a resultados análogos, como se pode ver nos quadros XV, XVI, XVII, XVIII, XIX e XX.

O facto de se manter proximamente a mesma percentagem relativa do número de informações fornecidas pelas testemunhas da série I nas suas narrações secundárias é até certo ponto natural.

O facto, porém, de se manterem ainda percentagens proximamente iguais nas narrações secundárias das séries II e III é muito curioso, porque, nos questionários que foram feitos aos «sujets» que compõem estas séries, mais de metade das perguntas referiam-se a elementos da primeira categoria. Das 30 perguntas do questionário A, 16 com efeito diziam respeito a *personagens*, 12 a *acções* e 2 a *objectos*. Nas 60 perguntas do questionário B a distribuição por categorias de elementos era próximamente a mesma: *personagens*, 33; *acções*, 22; *objectos*, 5.

Apesar de o interrogatório chamar sobretudo a atenção dos «sujets» para o «signalement» das personagens, são as informações referentes aos

actos praticados e às posições relativas que as testemunhas, nas narrações secundárias, indicam mais extensamente e com maior fidelidade.

Êste facto deve aproximar-se doutro que também observei: a maioria das respostas indeterminadas «não sei», «não me lembro» foram dadas a perguntas que diziam respeito a elementos da primeira categoria. No interrogatório, apesar de os questionários conterem um número de perguntas referentes a personagens superior ao das que diziam respeito a acções, é nesta última categoria que a extensão relativa dos depoimentos obtidos por esta forma é maior. E apesar da maior extensão relativa das informações referentes a acções, é nesta categoria ainda que a fidelidade das respostas é maior. Estes resultados estão expressos nos quadros XXIII e XXIV em que se não registaram a extensão e a fidelidade relativas das informações referentes a objectos, por serem pouco expressivas devido ao pequeno número de perguntas dos questionários que lhes diziam respeito.

Em resumo, os resultados indicados das experiências que fiz mostram claramente que:

1.º *A maneira de recolher um depoimento influe*

*não só na extensão e na fidelidade dêste, mas ainda na extensão e na fidelidade dos subseqüentes.*

*2.º Seja qual for a forma de recolher depoimentos, são as informações referentes aos actos executados pelas personagens e às suas posições relativas que merecem mais confiança e que as testemunhas descrevem com a maior minuciosidade.*

Antes de terminar, quero ainda referir-me a alguns erros mais curiosos ou que mais frequentemente encontrei nos depoimentos que reûni.

Quando a fita começa, *estão já em scena* um homem e uma senhora que se dirigem para umas cadeiras, pois quási todos os «sujets» *descreveram a entrada* em scena do par, chegando alguns a precisar por onde tinham entrado.

Quatro vezes foi descrita uma mesa que não existe, dizendo um, com toda a precisão, que tinha quatro pés e outro que, num dado momento, o homem se encosta a ela..., etc.

O chapéu alto do homem foi descrito oito vezes como sendo um côco...; o sobretudo, dez vezes como sendo uma sobrecasaca...

Bastantes vezes foi atribuída a uma senhora a «toilette» de outra...

Disseram-me, uma vez, que ao fundo se via

um grande edificio de dois andares com uma esquina à nossa direita!

No arco ao fundo vários viram uma porta envidraçada.

Num dado momento o homem tira o relógio do bolso e vê as horas, êste facto passou despercebido à maioria dos «sujets», só quatro o indicaram espontâneamente. Dos que interroguei nesse sentido, a maioria disseram-me que não tinham visto, alguns negaram!

Mas o mais grave de todos os erros que registei encontra-se no depoimento dum estudante do quinto ano de Medicina. Êste «sujet» afirma sem hesitação que o homem entra com uma senhora e sai com outra, o que é falso. O homem é sempre acompanhado pela mesma mulher. Depois de terminada a colheita dos testemunhos, conversei a êste respeito com o «sujet» em questão, mostrei-lhe umas fotografias com episódios da fita onde se via claramente que era falsa a sua afirmação. Concordou que tinha errado, mas garantiu-me estar absolutamente convencido que as cousas se tinham passado como as descrevera.

E agora só me resta exprimir os meus agradecimentos a todas as pessoas que, já servindo de

«sujets» já por outras formas, contribuíram para tornar possível a execução d'este trabalho, especializando o sr. António Mendes de Abreu, que gentilíssimamente consentiu que, no seu Teatro Avenida de Coimbra, se fizessem as sessões cinematográficas necessárias, e o sr. Carlos Clemente, que, com uma boa vontade cativante se prestou, com a sua especial competência técnica, a fazer todas as projecções que desejei.

## QUADRO I

## SÉRIE I

Depoimentos	Extensão		Fidelidade	
	Narração primária	Narração secundária	Narração primária	Narração secundária
1	55	56	71,6	65,6
2	49	52	91,1	87,2
3	48	53	70,8	73,6
4	22	20	69,6	73,3
5	48	43	75	78
6	30	34	90,1	89,9
7	41	46	85,3	82,9
8	32	34	82,7	81,7
9	36	41	75,1	74,3
10	42	38	84,2	82,1
Média	40,3	41,7	79,55	78,86

## QUADRO II

## SÉRIE II

Depoimentos	Extensão		Fidelidade	
	Narração primária	Narração secundária	Narração primária	Narração secundária
11	22	28	90,9	81,2
12	53	55	82,8	77
13	37	45	81,2	79,1
14	70	79	75,7	72,3
15	38	36	79,9	80,1
16	58	60	78,7	69,9
17	14	20	85,7	73,3
18	40	53	88,3	91,2
19	36	42	76,3	71,1
20	25	30	81,1	77,1
Média	39,3	44,8	82,06	77,23

## QUADRO III

## SÉRIE III

Depoimentos	Extensão		Fidelidade	
	Narração primária	Narração secundária	Narração primária	Narração secundária
21	29	50	92,1	86,3
22	44	66	83,2	85,1
23	38	53	86,4	76,8
24	64	72	72,1	51,2
25	55	62	93,9	79,2
26	34	48	81,4	70,1
27	27	44	89,7	75
28	15	29	91,3	87,3
29	32	45	72,9	59,2
30	56	70	80,5	71,5
Média	39,4	53,9	84,25	74,17

QUADRO IV  
 Narrações primárias

Extensão	Fidelidade	Porcentagem de erros	Extensão	Fidelidade	Porcentagem de erros
14	85,7	14,3	38	79,9	20,1
15	91,3	8,7	40	88,3	11,7
22	90,9	9,1	41	85,3	14,7
22	69,6	30,4	42	84,2	15,8
25	81,1	18,9	44	83,2	16,8
27	89,7	10,3	48	75	25
29	92,1	7,9	48	70,8	29,2
30	90,1	9,9	49	91,1	8,9
32	72,9	27,1	53	82,8	17,2
32	82,7	17,3	55	71,6	28,4
34	81,4	18,6	55	93,9	6,1
36	76,3	23,7	56	80,5	19,5
36	75,1	24,9	58	78,7	21,3
37	81,2	18,8	64	72,1	27,9
38	80,4	13,6	70	75,7	24,3

QUADRO V  
 Narrações secundárias

SÉRIE I		SÉRIE II		SÉRIE III	
Extensão	Fidelidade	Extensão	Fidelidade	Extensão	Fidelidade
20	73,3	20	73,3	29	87,3
34	89,9	28	81,2	44	75
34	81,7	30	80,1	45	59,2
38	82,1	36	77,1	48	70,1
41	74,3	42	71,1	50	86,3
43	78	45	79,1	53	76,8
46	82,9	53	91,2	62	79,2
52	87,2	55	77	66	85,1
53	73,6	60	69,9	70	71,5
56	65,6	79	72,3	72	51,2

## QUADRO VI

Diferenças entre a extensão das narrações secundárias  
e a das primárias correspondentes

Série I	Série II	Série III	Série I	Série II	Série III
- 5				+ 6	
- 4				+ 8	+ 8
- 2	- 2			+ 9	
+ 1				+ 10	
+ 2	+ 2				+ 13
	+ 2				+ 14
+ 3					+ 14
+ 4					+ 14
+ 5					+ 15
+ 5	+ 5				+ 17
+ 5					+ 17
	+ 6				+ 21
	+ 6				+ 22

QUADRO VII  
Extensões médias

Séries	Narrações primárias	Narrações secundárias
I	100	103,4
II	100	113,9
III	100	136,8

QUADRO VIII  
Diferenças entre a fidelidade das narrações secundárias  
e a das primárias correspondentes

Série I	Série II	Série III	Série I	Série II	Série III
		- 20,9	- 3,9		
		- 14,7		- 3,4	
		- 14,7	- 2,4		
		- 13,7	- 2,1	- 2,1	
	- 12,4		- 1		
		- 11,3	- 0,8		
	- 9,7		- 0,2		
		- 9,6		+ 0,2	
		- 9			+ 1,9
	- 8,8		+ 2,8		
- 6				+ 2,9	
	- 5,8	- 5,8	+ 3		
	- 5,2		+ 3,7		
	- 4	- 4			

QUADRO IX  
Fidelidades médias

Séries	Narrações primárias	Narrações secundárias
I	100	99,13
II	100	94,11
III	100	80,03

QUADRO X  
Variações de extensão e de fidelidade

SÉRIE I

SÉRIE II

SÉRIE III

Extensão	Fidelidade	Extensão	Fidelidade	Extensão	Fidelidade
- 5	+ 3	- 2	- 4	+ 8	- 20,9
- 4	- 2,1	+ 2	- 5,8	+ 13	- 13,7
- 2	+ 3,7	+ 2	- 8,8	+ 14	- 11,3
+ 1	- 6	+ 5	+ 0,2	+ 14	- 4
+ 2	- 1	+ 6	- 9,7	+ 14	- 9
+ 3	- 3,9	+ 6	- 5,2	+ 15	- 9,6
+ 4	- 0,2	+ 6	- 12,4	+ 17	- 14,7
+ 5	+ 2,8	+ 8	- 2,1	+ 17	- 14,7
+ 5	- 2,4	+ 9	- 3,4	+ 21	- 5,8
+ 5	- 0,8	+ 13	+ 2,9	+ 22	+ 1,9

## QUADRO XI

SÉRIE II

## Interrogatório

Questionário A. 30 perguntas

Depoimento	Extensão	Fidelidade
11	66,6	75
12	63,3	63,1
13	76,6	58,5
14	80	55,1
15	73,3	69
16	73,3	54,5
17	63,3	53,6
18	73,3	72,7
19	75	63,2
20	68,9	61,9
Média	71,3	62,6

## QUADRO XII

SÉRIE III

## Interrogatório

Questionário B. 60 perguntas

Depoimento	Extensão	Fidelidade
21	73,3	54,5
22	75	64,4
23	71,6	53,1
24	86,6	52,9
25	88,3	54,7
26	86,6	51,9
27	86,6	45,3
28	72,3	62,2
29	88	60
30	75,3	55,6
Média	80,3	55,4

QUADRO XIII  
 Narrações primárias  
 Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Acções	Objectos
1	41,5	48,6	9,9
2	42,5	50,2	7,3
3	37,2	51,5	11,3
4	48,3	41,7	10
5	41,6	43,2	14,2
6	30,6	62,1	7,3
7	45	50,1	14,9
8	42,6	38,3	19,1
9	52,6	35,1	12,3
10	41,9	48	10,1
11	34,4	50,5	15,1
12	49,2	41,2	9,6
13	54,1	30,2	15,7
14	42,2	46,8	11
15	45,3	35,1	19,6
16	46,1	37,2	16,7
17	61,5	31,6	7,1
18	44	50,9	6,1
19	42,3	42,7	15
20	48,9	39,7	11,4
21	50,1	36	13,4
22	45,3	49,1	5,6
23	48,4	41,6	10
24	36,5	44,2	18,3
25	39,1	49	11,9
26	35,5	50,5	14
27	42,1	37,8	20,1
28	48,2	37,2	14,6
29	32,2	56,3	11,5
30	46,9	32,1	21
Média	43,8	43,6	12,8
Percentagens no «test»	46,2	36,6	17,1

QUADRO XIV  
 Narrações primárias

Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
1	66	75,6	68,3
2	93,1	96,1	88,9
3	63,5	76,2	70,2
4	60,1	72,2	83,6
5	63,4	80	72,6
6	72,1	97,6	82,9
7	62,3	91,1	82,5
8	53,2	90	79,9
9	64,3	98,1	68,6
10	73,9	86,9	80,2
11	87,6	93,4	85,9
12	73,5	82,8	80,2
13	80	84,3	79,1
14	77,7	76,7	71,1
15	78,3	83,2	70,1
16	78,1	80,2	78
17	77,5	88,2	84,3
18	92,1	93,5	80,3
19	86,2	85,7	64,3
20	74,4	86,1	77,1
21	83,2	95,4	90,1
22	78,7	89	81,2
23	81	95,3	80,7
24	72	79,9	62,1
25	90,1	96,7	89,2
26	81,3	88,2	80,4
27	89,9	92,9	85,7
28	91,1	94,7	90
29	71,9	75,3	70,9
30	82,1	88,5	71,5
Média	76,6	86,4	78,3

QUADRO XV  
 Narrações secundárias

SERIE I

Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
1	52,6	35,3	12,1
2	35,5	50	14,5
3	32	56,5	11,5
4	39	49,3	11,7
5	42,3	46,2	11,5
6	30,5	62,2	7,3
7	49,3	41,1	9,6
8	44,2	50,7	6,1
9	45,1	49,3	5,6
10	30,3	62,1	7,6
Média	40	50,3	9,7
Percentagens no «test»	46,2	36,6	17,1

QUADRO XVI  
 Narrações secundárias

SERIE II

## Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
11	31,3	61,6	7,1
12	46	42,8	11,2
13	43,2	41,2	15,6
14	48,8	41,1	10,1
15	35,6	45,1	19,3
16	50,4	44,5	6,5
17	48,1	41	10,9
18	39,4	48,7	11,9
19	48,6	41,9	9,5
20	30,7	54,2	15,1
Média	42,2	46,2	11,7
Percentagens no «test»	46,2	36,6	17,1

QUADRO XVII  
 Narrações secundárias

SERIE III

Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
21	35,6	52,3	12,1
22	30,2	54,7	15,1
23	42,3	42,3	15,4
24	46,5	48,4	10,1
25	37,8	42	20,2
26	32,1	46,1	21,8
27	49,4	45,4	5,2
28	46,8	42,2	11
29	51	37,5	11,5
30	50	39,4	15,1
Média	42,1	44,5	13,7
Percentagens no «test»	46,2	36,6	17,1

QUADRO XVIII  
 Narrações secundárias

SÉRIE I

## Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
1	63,6	74,6	62,9
2	81,2	92,1	85,5
3	69,9	75,9	73,2
4	73,3	78	64,9
5	75	82,1	75,1
6	85	92,9	83,1
7	80,9	84,7	73,9
8	77,7	87,9	81,1
9	70,3	80,1	63,5
10	77,3	89,9	75,8
Média	75,4	83,8	73,9

QUADRO XIX  
 Narrações secundárias

SERIE II

## Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Ações	Objectos
11	90	85,2	78,3
12	73,4	82,9	68,4
13	72,9	83,1	72,3
14	64,5	80,1	75,7
15	75,1	85,1	79,9
16	65,3	73,3	69,9
17	73	75,6	69,2
18	88,7	97,2	89,1
19	70,1	72,1	72,2
20	79,1	76,3	74,5
Média	75,2	81,1	74,9

QUADRO XX  
 Narrações secundárias

SÉRIE III

## Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos		
	Personagens	Acções	Objectos
21	82,5	90,1	78,3
22	82,1	91,3	76,8
23	72,8	79,8	73,2
24	49,1	56,2	52,1
25	75,2	83,5	79,2
26	65,1	75	75
27	71,2	79,1	73,1
28	82,3	92,3	82,5
29	51,1	63,2	59,1
30	68,5	73,2	71,2
Média	69,9	78,5	72

## QUADRO XXI

SÉRIE II

## Interrogatório

Questionário A. 30 perguntas

Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos	
	Personagens	Ações
11	54,2	70,1
12	56,3	70,3
13	73,4	79,8
14	74,8	85,2
15	67,1	78,3
16	68,9	78
17	54,3	72,1
18	70,1	80,2
19	68,2	82,3
20	60,1	77,7
Média	64,7	77,4

## QUADRO XXII

SÉRIE III

## Interrogatório

Questionário B. 60 perguntas

Extensão por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos	
	Personagens	Acções
21	75,6	81,3
22	74,3	76,3
23	62,2	81,1
24	83,6	91,1
25	87	91,3
26	85,1	88,2
27	84,2	90,1
28	72,1	72,5
29	88,2	88,5
30	71,8	79,3
Média	78,4	83,9

## QUADRO XXIII

SÉRIE II

## Interrogatório

Questionário A. 30 perguntas

## Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos	
	Personagens	Acções
11	77,3	73,2
12	57,3	70,1
13	57,7	60,3
14	55,1	55,1
15	72	66
16	51,2	58,3
17	55,2	52,7
18	66,4	78,3
19	63	63,2
20	68,2	65,1
Média	62,3	64,2

## QUADRO XXIV

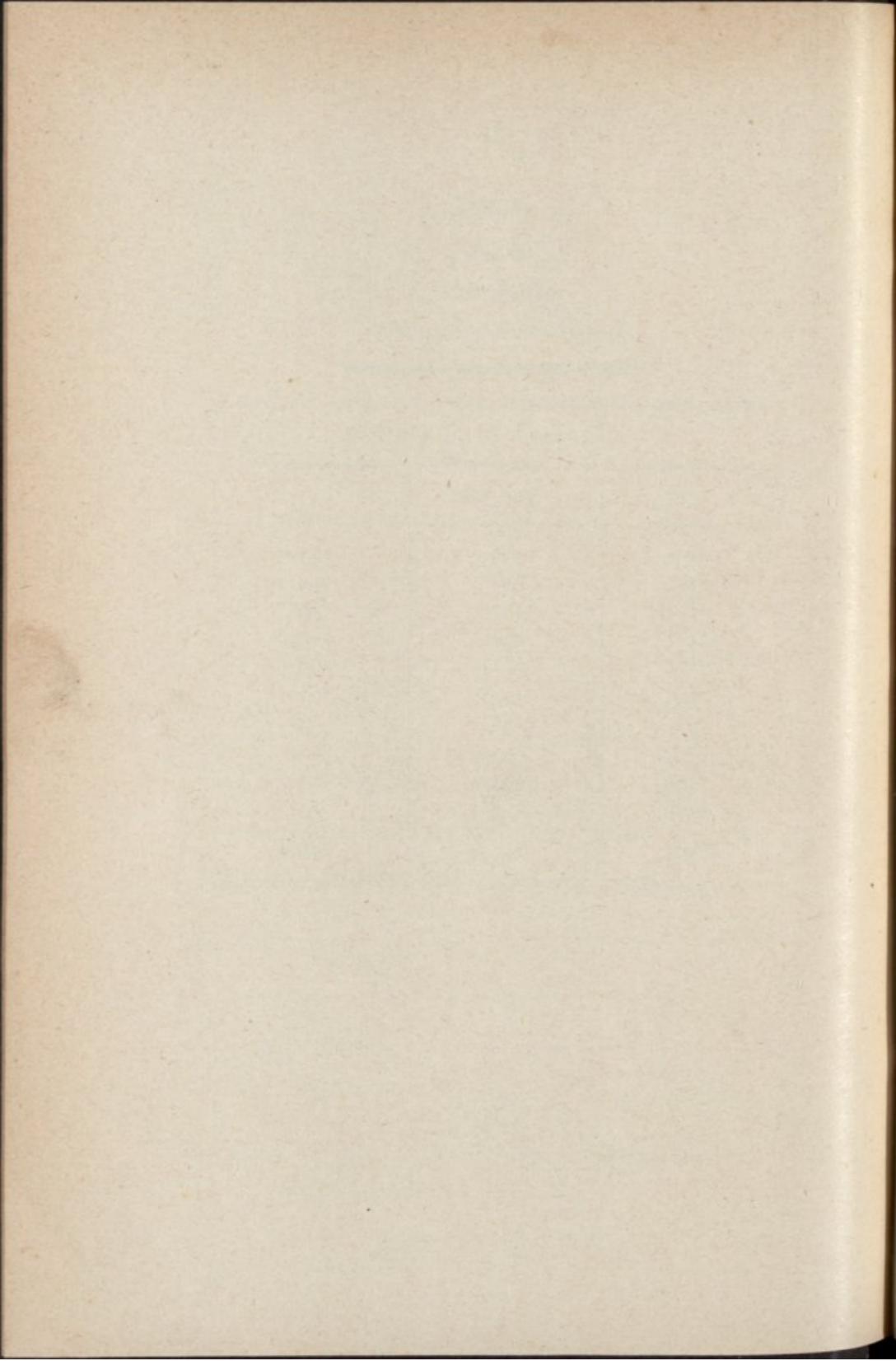
SÉRIE III

## Interrogatório

Questionário B. 60 perguntas

Fidelidade por categorias de elementos

Depoimentos	Categorias dos elementos	
	Personagens	Acções
21	55,9	53,1
22	58,3	69,2
23	48,7	55,3
24	53,1	52,1
25	53,1	56,9
26	44,1	59,2
27	44,5	46,1
28	58,1	63,4
29	55,1	66,1
30	57,3	55,1
Média	52,7	57,6



## BIBLIOGRAFIA (1)

- BINET — *Psychologie individuelle*, A. P., 1897.  
— *La science du témoignage*, A. P., 1905.  
— *La suggestibilité*, Paris, 1900.
- BOGDANOFF — *Experimentelle Untersuchungen der Merkfähigkeit bei Gesunden und Geisteskranken*, B. P., 1905.
- BORST — *Recherches expérimentales sur l'éducabilité et la fidélité du témoignage*. *Archives de Psychologie*, 1904.
- BORST et CLAPARÈDE — *La fidélité et l'éducabilité du témoignage*. *Archives des sciences physiques et naturelles*, 1904.  
— *Sur divers caracteres du témoignage*. *Archives des sciences physiques et naturelles*, 1904.
- CLAPARÈDE — *La psychologie judiciaire*, A. P., 1906.
- CONSONI — *Un corso di psicologia giudiziaria presso la scuola di Applicazione giuridico-criminale della R. Università di Roma*. *Rivista di psicologia*, 1912.
- CRAMER — *Ueber die Zeugnisfähigkeit bei Geisteskrankheiten und bei Grenzzuständen*, B. P., 1903.
- DIEHL — *Zum Studium der Merkfähigkeit*, B. P., 1903.
- DOLENC — *Trauma und Zeugnisfähigkeit*, A. K., 1908.

---

(1) Abreviaturas:

- A. H. — *Annales d'Hygiène publique et de Médecine légale*.  
A. P. — *L'Année psychologique*.  
A. C. — *Archives d'Anthropologie criminelle*.  
A. K. — *Archiv für Kriminal-Anthropologie (H. Gross's Archiv)*.  
B. P. — *Beiträge zur Psychologie der Aussage*.  
S. P. — *Scuola positiva*.

- DUPRÉ — *Les auto-accusateurs au point de vue médico-légal. Revue de neurologie*, 1902.
- *Le témoignage. Revue des deux mondes*, 1910.
- FIORÉ — *Manuale di psicologia giudiziaria*, Citta di Castello, 1909.
- GASTOU — *Psychologie du sommeil et la commotion cérébrale. Paris médical*, 1911.
- GERLAND — *Zur Frage der Zeugenaussage*, A. K., 1910.
- GLOS — *Ein Fall von Personenverwechslung*, A. K., 1903.
- GOTTASCHALK — *Zur Zeugenpsychologie*, B. P., 1906.
- GROSS — *La polizia giudiziaria* (tradução italiana de M. Carrara), Torino, 1906.
- *Kriminal-Psychologie*, 2.<sup>a</sup> edição, Leipzig, 1905.
- *Das Verstehen der Zeugen und die Einbildung*, A. K., 1904.
- *Zur Wahrnehmungsfrage*, B. P., 1903.
- *Das Wahrnehmungsproblem und der Zeugen im Strafprozess*, B. P., 1903.
- GUILHERMET — *Comment se font les erreurs judiciaires*, Paris, s. d.
- HARTMANN — *Ein Beitrag zur Psychopathologie der Aussage*. A. K., 1905.
- HAURY — *Les faux témoins pathologiques*, A. C., 1912.
- HEILBERG — *Zum Aussagestudium*, B. P., 1903.
- HELLWIG — *Psychologische Notizen*, A. K., 1906.
- *Zur Psychologie der Zeugenaussage*, A. K., 1908.
- HINRICHSSEN — *Zur Kasuistik und Psychologie der Pseudologia phantastica*, A. K., 1906.
- VAN HÖPLER — *Einiges über Zeugenaussage*, A. K., 1913.
- JAFFA — *Ein psychologisches Experiment im Kriminalistischen Seminar der Universität Berlin*, B. P., 1903.
- JOIRE — *Les faux témoignages suggérés. Gazette hebdomadaire de médecine et chirurgie*, 1909.
- LACASSAGNE — *L'affaire Gouffé*, Paris, 1891.
- LADAME — *Chronique allemande*, A. C., 1904, 1906, 1908.
- LARGUIER DES BANCELS — *La psychologie judiciaire*, A. P., 1906.
- LIPMANN — *Experimentelle Aussagen über einen Vorgang und eine Lokalität*, B. P., 1903.
- *Reformvorschläge zur Zeugenvernehmung von Standpunkte des Psychologen*, A. K., 1905.

- LIPMANN — *Die Wirkung der Suggestiofragen. Zeitschrift für angewandte Psychologie*, 1907.  
 — *Ein zweites psychologisches Experiment im Kriminalistischen Seminar der Universität Berlin*, B. P., 1905.
- LOBSIEN — *Aussage und Wirklichkeit bei Schulkindern*, B. P., 1903.  
 — *Über das Gedächtnis für bildlich dargestellte Dinge in seiner Abhängigkeit von der Zwischenzeit*, B. P., 1905.
- LOMBROSO — *La perizia psichiatrico-legale*, Torino, 1905.  
 — *La psicologia dei testimoni nei processi penali*, S. P., 1905.
- VAN MACH — *Ein Beitrag zur Psychologie der Zeugenaussage*, A. K., 1913.
- MALATESTA — *A lógica das provas em matéria criminal* (tradução portuguesa de J. Alves de Sá), 2 vol., Lisboa, 1912.
- MATTOS — *Elementos de psiquiatria*, Porto, 1911.
- MINNEMANN — *Aussageversuche*, B. P., 1904.
- MOTET — *Les faux témoignages des enfants devant la justice*, A. H., 1887.  
 — *Faux témoignages par les enfants*, A. H., 1891.
- NECKE — *Ueber den Einfluss schlechten auf die Zeugenaussage*, A. K., 1903.
- NICEFORO — *La police et l'enquête judiciaire scientifiques*, Paris, 1907.
- PARISOT — *Le témoignage du vieillard en justice: sa valeur médico-légale*, A. H., 1907.
- PICARD — *Les auto-accusateurs alcooliques*, Paris, 1904.
- PLAZEK — *Experimentelle Untersuchungen über die Zeugenaussagen Schwachsinniger*, A. K., 1904.
- RANSCHBURG — *Leicht Schwachsinnige als Zeugen. Centralblatt für Nervenheilkunde und Psychiatrie*, 1905.
- RENDA — *Psicologia legale. Rivista di psicologia*, 1906.
- RODEMWALDT — *Über Soldatenaussage*, B. P., 1905.
- SCHNEICKERT — *Zur Psychologie der Zeugenaussagen*, A. K., 1903.  
 — *Die Zeugenvernehmung im Lichte der Strafprozessreform*. B. P., 1904.
- VON SCHRENCK-NOTZING — *De la suggestion en médecine légale*, A. C., 1903.
- STERN — *Angewandte Psychologie*, B. P., 1903.

- STERN — *Die Aussage als geistige Leistung und als Verhörprodukt*, B. P., 1904.
- *Aussagestudium*, B. P., 1903.
- *Bericht über einen experimentellen Kurs zur Psychologie der Aussage*, B. P., 1904.
- *Leitsätze über die Bedeutung der Aussagepsychologie für das gerichtliche Verfahren*, B. P., 1905.
- *Zur Psychologie der Aussage*, Berlin, 1902.
- *Über Schätzungen, insbesondere Zeit- und Raumschätzungen*, B. P., 1904.
- *Wirklichkeitsversuche*, B. P., 1904.
- STERN (CLARA UND WILLIAM) — *Erinnerung und Aussage in der ersten Kindheit*, B. P., 1905.
- STOSS — *Zur Psychologie der Aussage und der Zeugneid*, A. K., 1905.
- TOULOUSE, VASCHIDE et PIERON — *Technique de psychologie expérimentale*, 2.<sup>a</sup> edição, Paris, 1912.
- UNGAR — *Die Verwertung der indirekten Rede protocollierten Aussage für das gerichtsärztliche Gutachten*, *Centralblatt für Nervenheilkunde und Psychiatrie*, 1905.
- VAISSIÈRE — *Elements de psychologie expérimentale*, Paris, 1912.
- VALBERT — *L'affaire de Tisza-Eszlar*. *Revue des deux-mondes*, 1883.
- VIBERT — *Des témoignages en justice*, A. H., 1909.
- WEBER — *Ein experimenteller Beitrag zur Psychologie der Zeugenaussage*, B. P., 1904.
- WRESCHNER — *Zur Psychologie der Aussage*. *Archiv für die gesamte Psychologie*, 1903.

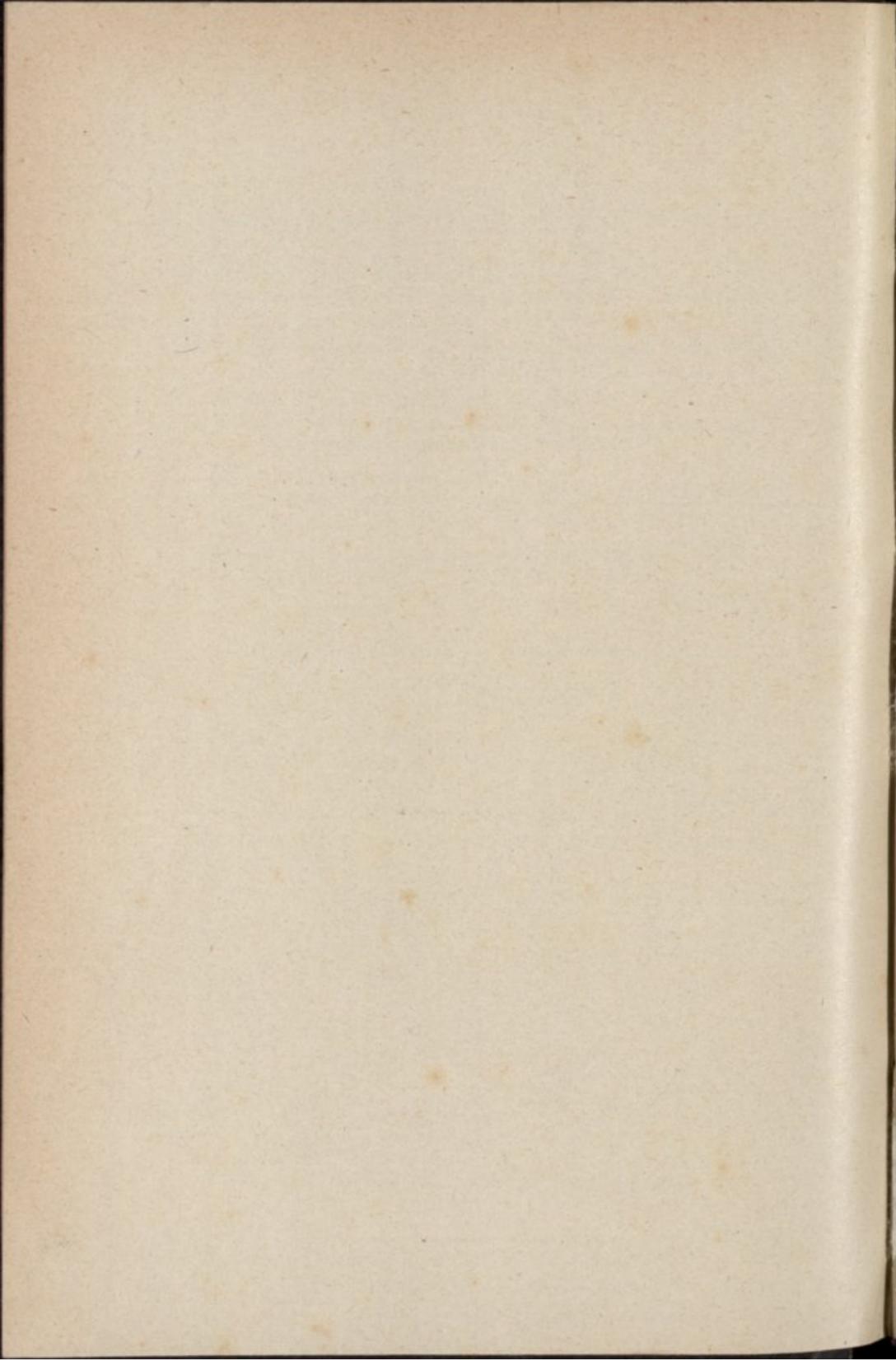
## ÍNDICE

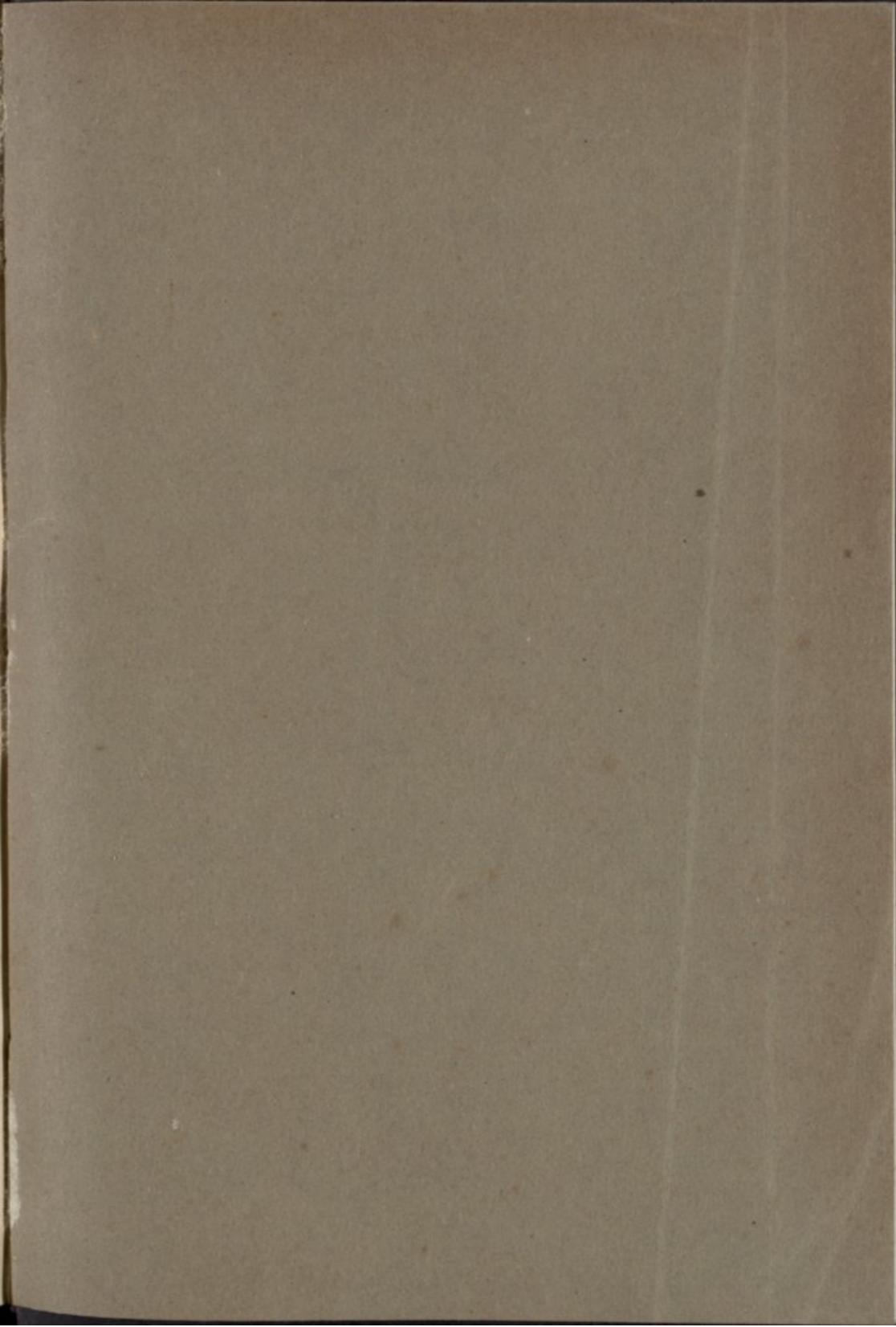
### I. O valor da prova testemunhal — Revista geral

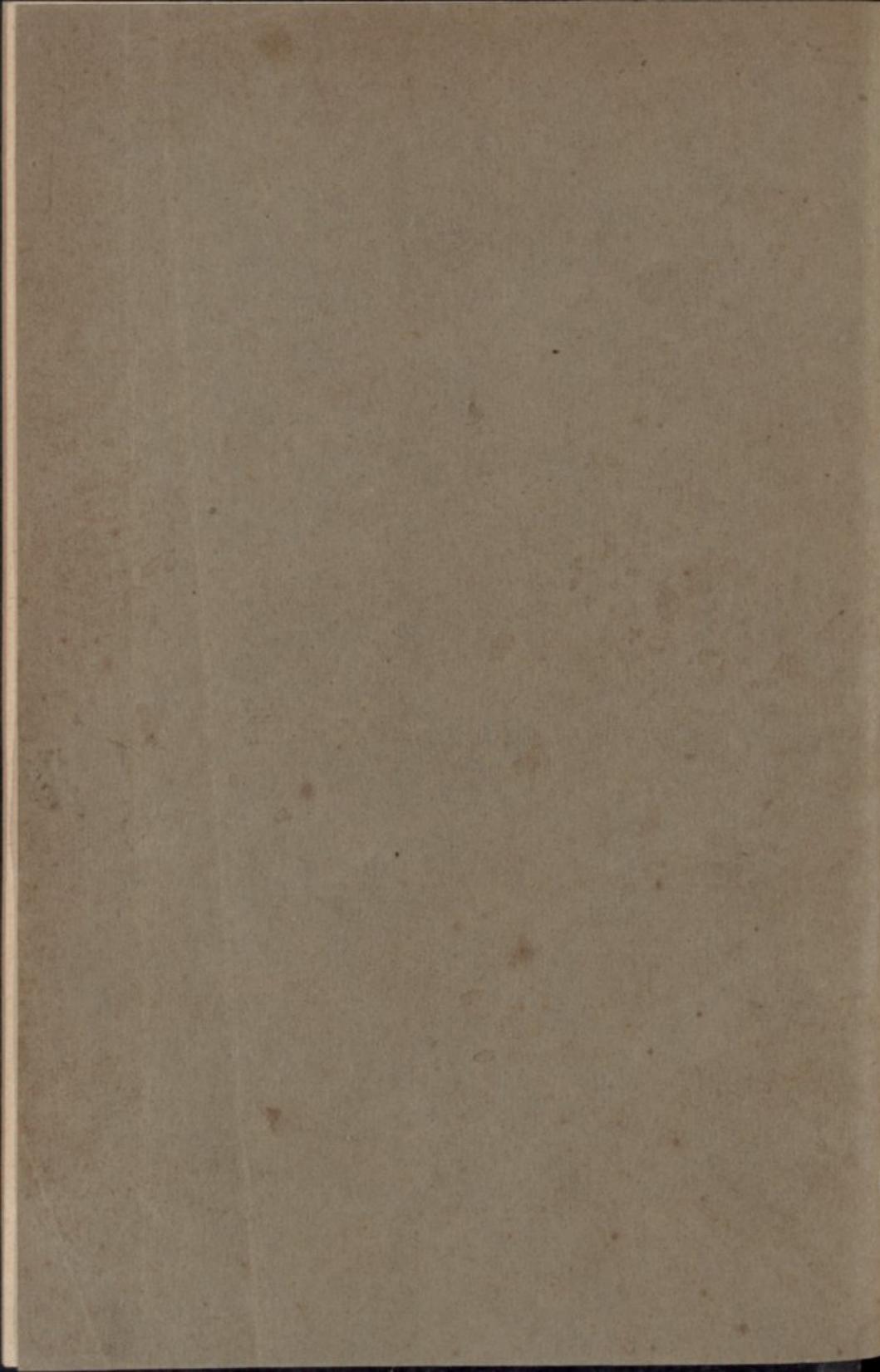
1. Introdução . . . . .	3
2. A testemunha . . . . .	15
3. A percepção e a memória . . . . .	41
4. A sugestão e outras causas influindo nos depoimentos . . . . .	55
5. Conclusão . . . . .	65

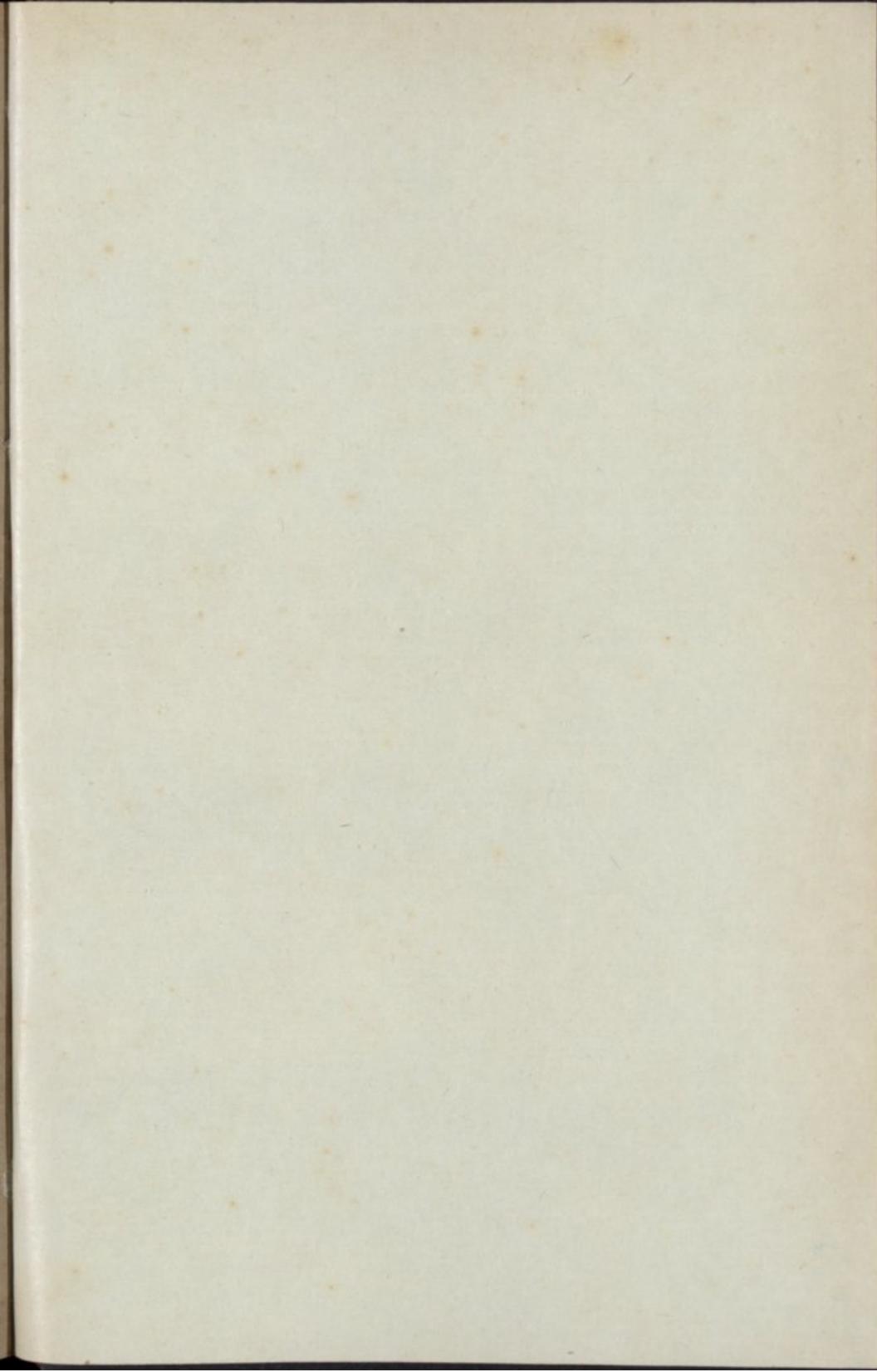
### II. Depoimentos sucessivos — Investigação experimental

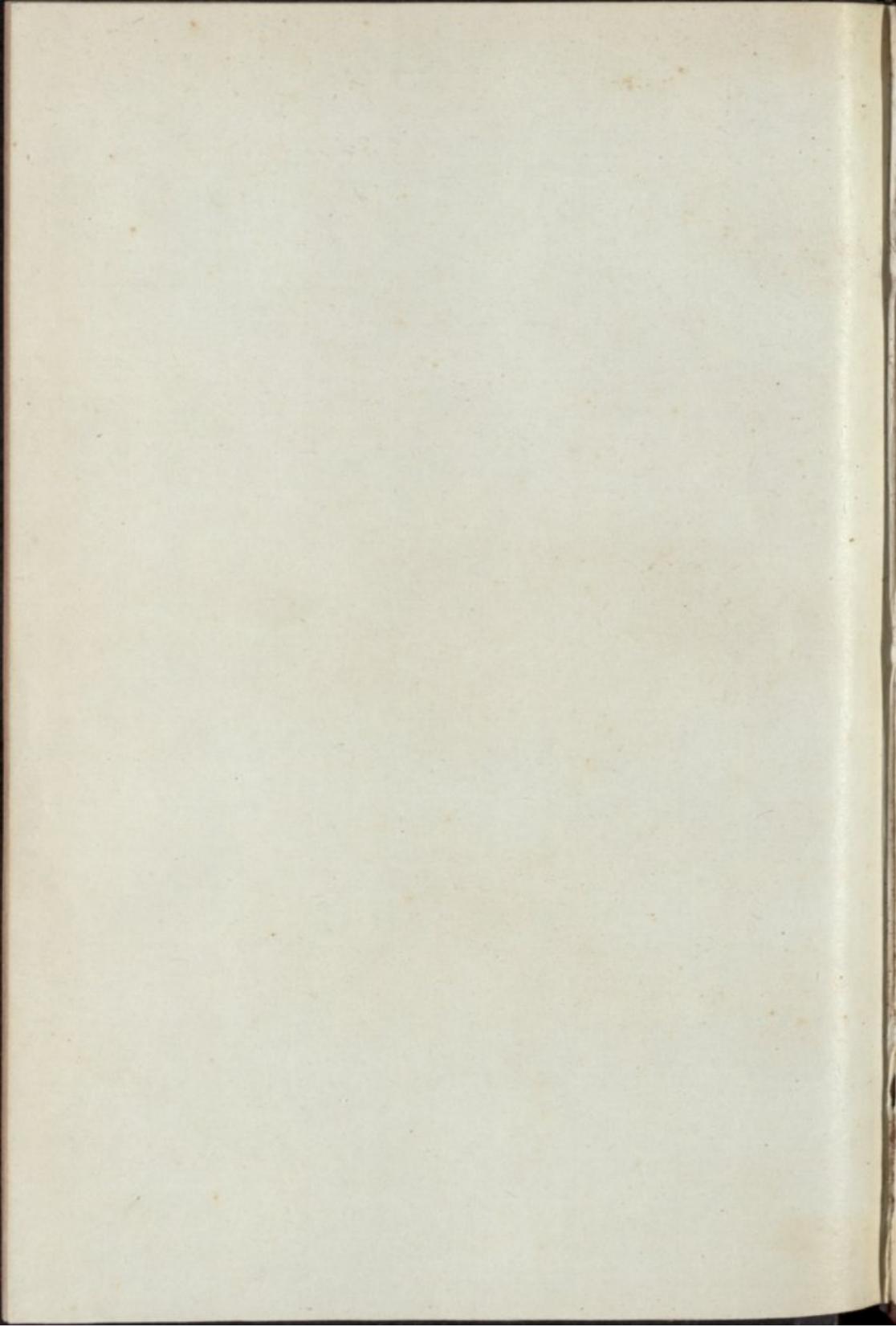
1. As condições da experiência . . . . .	71
2. A estatística dos resultados . . . . .	93
3. Os resultados . . . . .	106
Bibliografia . . . . .	145

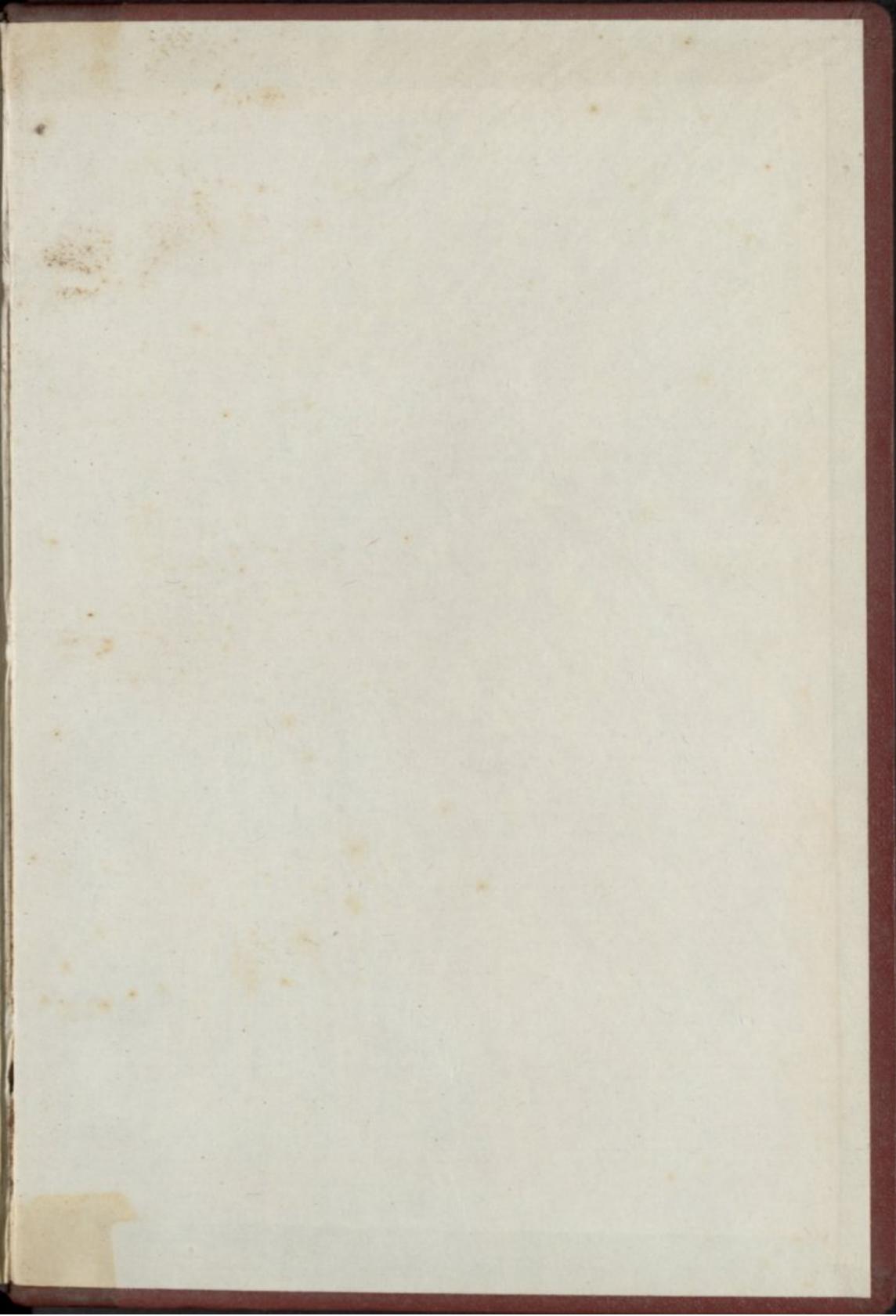


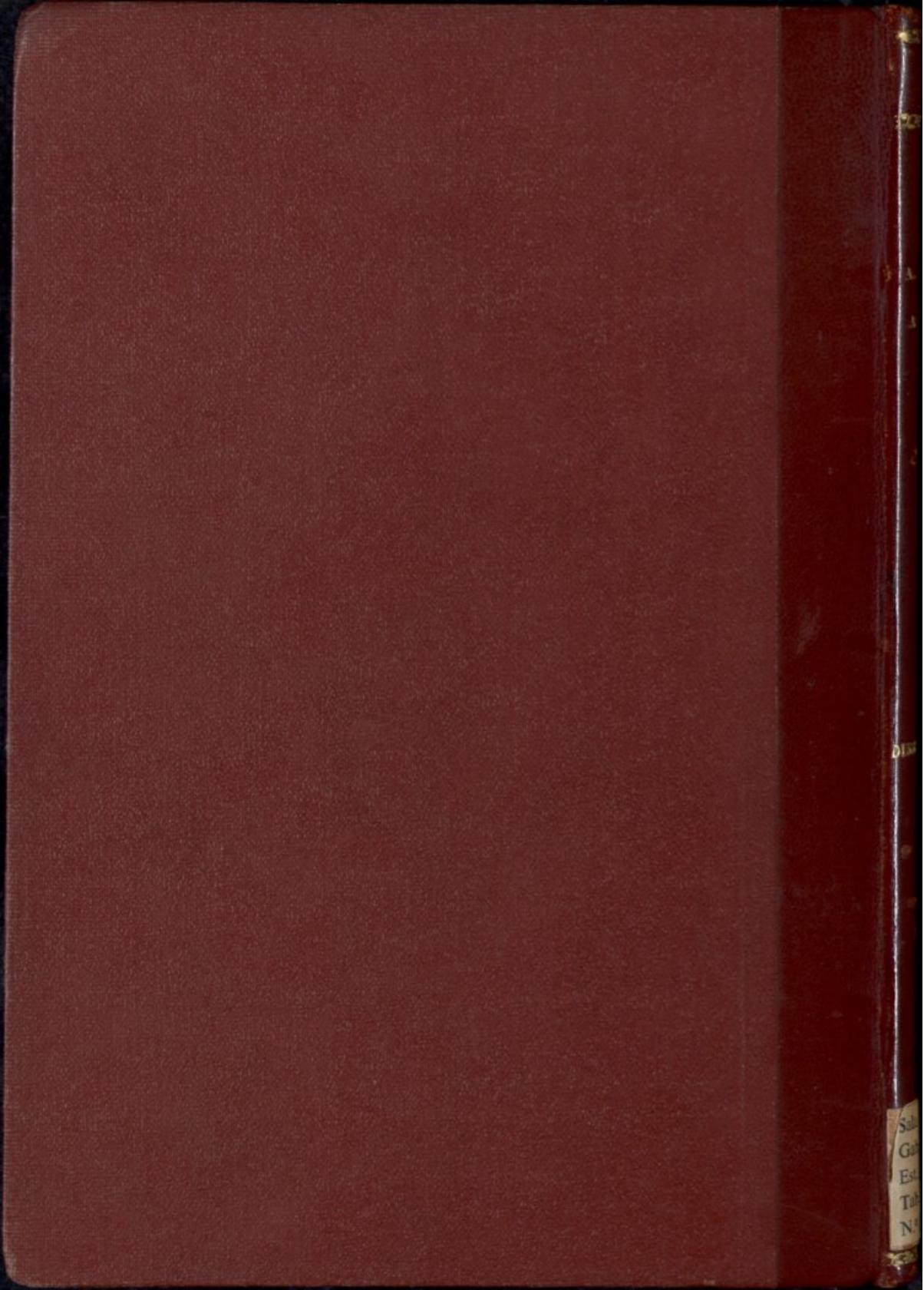




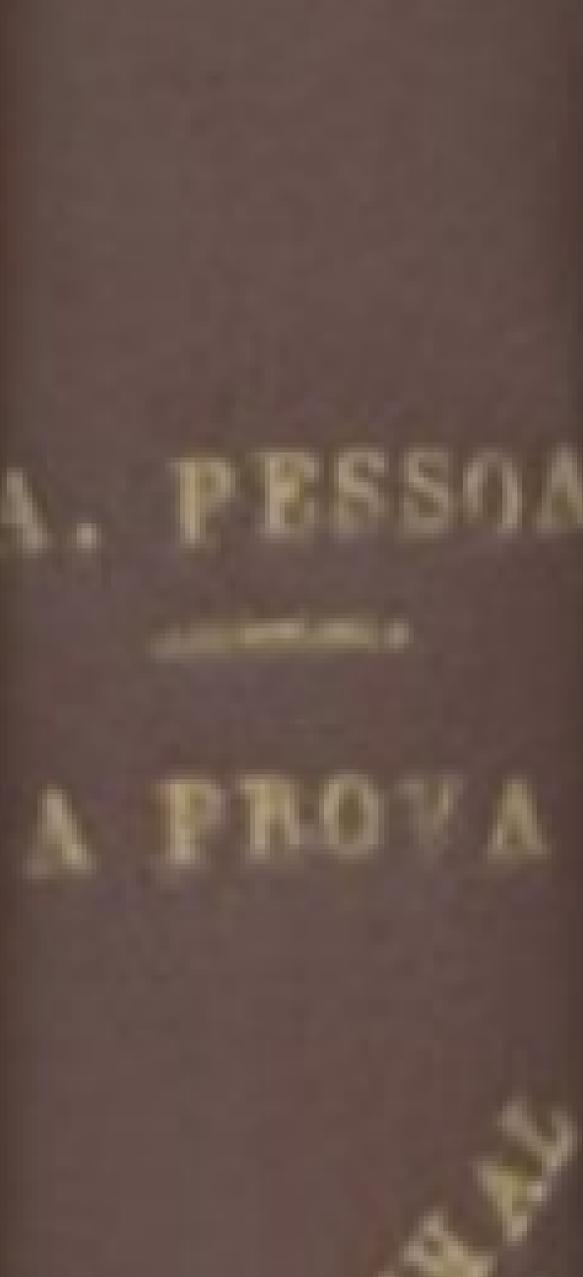








S.  
G.  
E.  
T.  
N.



A. PESSOA

A PROVA

TESTEMUNHAL

DISSERTAÇÃO



Sala 5  
Gab. —  
Est. 56  
Tab. 8  
N.º 16